



**GIL PEDRO DE OLIVEIRA LARA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADOS ACESSADOS  
PELAS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL  
(OCS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A  
AGROECOLOGIA NO SUL DE MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG  
2023**

**GIL PEDRO DE OLIVEIRA LARA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADOS ACESSADOS  
PELAS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL  
(OCS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A  
AGROECOLOGIA NO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - Mestrado Profissional, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis

Orientador

Prof. Dr. Sérgio Pedini

Coorientador

**LAVRAS – MG**

**2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lara, Gil Pedro de Oliveira.

Políticas Públicas e Mercados acessados pelas Organizações de Controle Social (OCS) : Desafios e possibilidades para a agroecologia no Sul de Minas Gerais / Gil Pedro de Oliveira Lara. - 2023.

81 p.

Orientador(a): Thiago Rodrigo de Paula Assis.

Coorientador(a): Sérgio Pedini.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. políticas públicas. 2. mercados. 3. organizações de controle social. I. Assis, Thiago Rodrigo de Paula. II. Pedini, Sérgio. III. Título.

**GIL PEDRO DE OLIVEIRA LARA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADOS ACESSADOS  
PELAS ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL  
(OCS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A  
AGROECOLOGIA NO SUL DE MINAS GERAIS**

**PUBLIC POLICIES AND MARKETS ACCESSED BY  
SOCIAL CONTROL ORGANIZATIONS (OCS):  
CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR  
AGROECOLOGY IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - Mestrado Profissional, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO, em 25 de Abril de 2023.

Prof. Dr. Rafael Eduardo Chiodi – UFLA

Prof. Dr. Pedro Henrique Barbosa de Abreu – UFOP

Prof. Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis  
Orientador

Prof. Dr. Sérgio Pedini  
Coorientador

**LAVRAS – MG**

**2023**

*Dedico esse trabalho,  
Jorge, Gilberto e  
Rosemara  
No Encontro com a  
ancestralidade e na  
busca de um lugar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Não foram anos fáceis, definitivamente. Muitas mudanças no mundo externo e no mundo interno. Um filho, uma dissertação, uma trajetória profissional se iniciando e ainda procurando um lugar e uma forma de atuação possível.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) pela oportunidade em adquirir este aprendizado. Ao professor Thiago Assis pela orientação, parceria e paciência na caminhada. Um olhar atento e próximo nas etapas e uma compreensão importante para que o processo continuasse em movimento.

Agradeço de forma especial ao Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais pela oportunidade de atuar junto com a agroecologia da região Sul de Minas nesta pesquisa e pela bolsa de mestrado nestes um ano e oito meses. Foi realmente fundamental e muito gratificante estar participando deste projeto neste período. Agradeço à coorientação do Professor Sérgio Pedini, pelas suas indicações e aberturas de caminhos através de sua experiência e olhar ativo. Agradeço também à secretaria operativa do Polo, João, Uschi, Tati e Marcão pela parceria, aprendizados, compreensão e provocações essenciais.

Agradeço à família, o mais importante, a base de tudo, o alimento diário, o suporte, o descanso, o amor. A crença em que eu poderia continuar e chegar! Mãe e pai, amo vocês! João e Lívia, irmão e irmã nas mãos e nas ideias, como dizemos. Valeu pelo apoio, pelas parcerias e pelo aconchego.

Ao mais novo integrante da família que enche meu coração de amor e coragem, Jorge, meu filho amado! Você é tudo de bom, carinhoso e esperto, estamos juntos, filho.

Amigos e amigas, gente que me acolhe, me acolheu, me deu força, me dá força, que eu também sou força e dou força. É isso que a gente precisa. Vamos seguindo. Desejo que as amizades continuem a ocupar o meu coração com aprendizados, comunhão e confiança.

Aos colegas e às colegas do programa de pós graduação (PPGDE), bons ventos nos levem por nossas etapas, nossas trajetórias e que possamos nos reencontrar futuramente em momentos politicamente e sanitariamente melhores. Boa sorte pra nós!

Agradeço também ao esforço junto a terapia, a este trabalho que me conduziu nos momentos de estresse e ansiedade.

Aos agricultores e às agricultoras que me receberam e responderam minhas perguntas, espero que o meu trabalho e o de tantas outras pessoas que pesquisam temas relacionados com agroecologia possam de fato interferir na realidade, modificando-a para melhor.

Seguimos!

*“Jorge sentou praça  
Na cavalaria  
Eu estou feliz  
Porque eu também  
Sou da sua companhia”  
Jorge Ben Jor*



## RESUMO

No ano de 2022 o movimento agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais juntamente com parlamentares do poder legislativo oficializaram o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, fruto da luta de muitos anos. Dentro das ações desenvolvidas no âmbito deste Polo, executou-se a presente pesquisa/diagnóstico com as Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de MG. Estas são nove organizações de agricultores(as) familiares que produzem alimentos orgânicos e podem comercializar de forma direta com os(as) consumidores(as). O objetivo deste trabalho foi compreender os mercados e as políticas públicas ligadas à agroecologia acessados pelas OCSs, bem como entender e refletir sobre o perfil destas organizações. Para isso foi utilizada a revisão bibliográfica que consistiu no estudo de textos como artigos, livros, dissertações e teses, e foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas com representantes das 9 OCSs do Sul de Minas, sendo doze agricultores(as) e um técnico que apoia uma OCS. Os principais resultados alcançados foram que os Mercados Institucionais são os mais acessados, seguido dos mercados de Delivery, Feira e Dentro da Propriedade. Foi possível observar que os(as) agricultores das OCSs sentem que seus produtos são valorizados através de melhores preços nestes mercados e também através das relações de proximidade com os(as) consumidores. Com relação às políticas públicas foi possível observar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é a principal política acessada pelas organizações, sendo uma importante fonte de renda para as famílias. Existem diversos aspectos a melhorar, principalmente junto ao poder executivo municipal, já que as entrevistas apontaram que há problemas na gestão deste programa por parte da prefeitura tais como o não cumprimento do contrato, o não pagamento pelo alimento como orgânico e a demora nos pagamentos. Já o Programa de Aquisição de Alimentos foi muito pouco acessado, pois não houve financiamento suficiente para compra dos alimentos. O programa de crédito rural específico para a agroecologia é também pouco acessado, devido à falta de interesse dos bancos e à falta de divulgação das linhas, principalmente. Por fim, foi possível observar que as OCSs do Sul de Minas possuem um perfil variável, sendo que um grupo migrou para o Sistema Participativo de Garantia (SPG) no decorrer da pesquisa, acessando assim novos mercados, e duas OCSs se desfizeram. O Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas possui um papel importante neste contexto, pois é essencial para fortalecer estas e novas organizações a se articularem e mobilizarem lutas por apoios governamentais às suas produções e comercializações, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável das famílias agricultoras.

**Palavras chave:** Organismos de Controle Social; Políticas Públicas; Comercialização; Agroecologia; Produção Orgânica.

## ABSTRACT

In the year 2022, the agroecological movement of the South and Southwest of Minas Gerais, together with parliamentarians of the legislative power, made official the Pole Agroecological and Organic Production of the South and Southwest of Minas Gerais, the result of the struggle of many years. Within the actions developed within the scope of this Pole, the present research/diagnosis was carried out with the Social Control Organizations (OCSs) in the south of MG. These are nine organizations of family farmers who produce organic food and can sell directly to consumers. The objective of this work was to understand the markets and public policies linked to agroecology accessed by the OCSs, as well as to understand and reflect on the profile of these organizations. For this, bibliographical research was carried out, which consisted of the study of texts such as articles, books, dissertations and theses, documental analyzes that consisted of the analysis of raw data from governmental and non-governmental organizations through websites and documents, and finally, ten interviews were carried out. semi-structured with twelve farmers from OCSs and a technician who supports an OCS. The main results achieved were that Institutional Markets are the most accessed, followed by Delivery, Fair and Inside the Property markets. It was possible to observe that the farmers of the OCSs feel that their products are valued through better prices in these markets and also through close relationships with consumers. With regard to public policies, it was possible to observe that the National School Feeding Program is the main policy accessed by organizations, being an important source of income for families. There are several aspects to be improved, mainly with the municipal executive power, since the interviews pointed out that there are problems in the management of this program by the city hall with the non-fulfillment of the contract, the non-payment for the food as organic and the delay in payments. The Food Acquisition Program was rarely accessed, as there was not enough funding to purchase food. The rural credit program is also little accessed, but in this case it is due to the low training of professionals to build organic and agroecological agriculture projects and the lack of interest of the financing banks in collaborating. Finally, it was possible to observe that the OCSs in the south of Minas Gerais have a variable profile, with one group migrating to the Participatory Guarantee System (SPG) during the course of the research, thus accessing new markets, and two OCSs disbanding. The Agroecological Pole of the South and Southwest of Minas has an important role in this context, as it is essential to strengthen these and new organizations to articulate and mobilize struggles for government support for their production and commercialization, thus contributing to the sustainable development of farming families.

**Keywords:** Social Control Organizations; Public Policies; Commercialization; Agroecology; Organic Production.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Agroecologia e Sustentabilidade.....	15
2.1.1. Agroecologia no Sul de Minas Gerais.....	17
2.2. Políticas públicas para agroecologia.....	21
2.3. Alternativas de comercialização.....	29
3. OBJETIVO GERAL.....	36
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	36
5. METODOLOGIA.....	36
5.1. Caracterização da Região de Estudo.....	36
5.2. Sujeitos da Pesquisa.....	38
5.3. Coleta de dados.....	39
5.4. Metodologia de Análise de Dados.....	41
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	42
6.1. Perfil das OCSs do Sul de Minas.....	42
6.2. Políticas Públicas.....	51
6.3. Mercados.....	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
APÊNDICE A.....	73
APÊNDICE B.....	77

## 1. INTRODUÇÃO

A Agroecologia é um tema em destaque pela mídia e pelos movimentos sociais no Brasil. Ela preconiza a sustentabilidade de forma ampla, incluindo, além dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, os aspectos políticos, culturais e éticos (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Outra forma de entender a agroecologia é enquanto ciência, prática e movimento social (ALTIERI, 2012): é ciência, pois é um campo científico que embasa novos conhecimentos para subsidiar novos sistemas produtivos; é prática no dia a dia de agricultores(as) que cultivam sem o uso de agrotóxicos e que utilizam técnicas agrícolas preconizando os aspectos ambientais, sociais e políticos; e é movimento social porque envolve diversos(as) atores sociais comprometidos(as) com as lutas políticas no campo e na cidade, pela visibilização de pessoas e organizações que fazem agricultura e que contribuem para um meio rural mais saudável e sustentável e que buscam melhores condições de vida para suas populações em seus territórios.

A partir do movimento agroecológico nas regiões Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais foi desenvolvido um Projeto de Lei, por meio de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Rogério Correia e da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, ambos do Partido dos Trabalhadores, que instituiu as regiões mencionadas como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (PAPOSSM). Foram meses de articulação e construção juntamente com as organizações de agricultores familiares destas regiões. Além de agricultores(as) e suas organizações (associações e cooperativas), esta articulação também contou com movimentos sociais, instituições públicas de ensino superior e organizações não governamentais. Após amplo debate foi escrito e enviado para Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Projeto de Lei número 23.939 de 23/06/2021 (LEI N° 23.939 de 23/06/2021).

Com a aprovação deste Projeto de Lei e direcionamento dos recursos financeiros iniciou-se o planejamento e execução do primeiro ano do projeto do PAPOSSM em 2022. No primeiro ano do projeto foram definidos os eixos de maior relevância a se trabalhar pelas pessoas e organizações envolvidas, a saber: políticas públicas, comercialização, educação do campo e sementes crioulas. No segundo ano de projeto, 2023, se desenvolveram mais alguns temas, como o estudo do novo campesinato do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra (MST), as políticas públicas

municipais e o estudo sobre as demandas dos(as) agricultores(as) das organizações que trabalham com agroecologia e participam do Polo Agroecológico.

O trabalho aqui apresentado se preocupou com os temas das políticas públicas e mercados por parte dos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas.

As OCSs são organizações de agricultores(as) familiares que possuem a garantia da qualidade orgânica, ou seja, elas podem vender de forma direta seu alimento orgânico ao consumidor, por meio de feiras ou grupos de consumo e também podem vender via Mercados Institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este tipo de garantia orgânica, não pode ser chamado de certificação, pois não possui o selo Brasil Orgânico. Portanto estas organizações possuem um diploma, algo muito importante e relevante que motiva estas organizações a crescer em quantidade e qualidade por todo Brasil e proporciona para agricultores(as) familiares melhores condições de vida e bem estar através de melhores vendas e novos mercados.

No Guia Prático – Formação de Organizações de Controle Social, afirma-se que “as OCS geram credibilidade pela sociedade, a partir da interação de pessoas ou organizações, com base na confiança, participação, comprometimento, transparência e responsabilidade solidária” (MENEZES et al., 2020, p. 13).

A produção da agricultura orgânica no Brasil está regulamentada pela Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e diz que um produto orgânico deve ser oriundo de um sistema orgânico de produção. A legislação brasileira predispõe além das OCSs, como mencionado, mais duas formas de certificação: a Auditoria, que é quando a Certificadora vai até a propriedade e faz a verificação se a propriedade atende às diretrizes da Lei; e o Sistema Participativo de Garantia (SPG), que são sistemas socioparticipativos, onde o objetivo é construir a certificação por meio do controle social, da participação e da responsabilidade compartilhada e para isso constroem um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) (MENEZES, 2020).

A Auditoria e os SPGs fazem parte do Sistema Brasileira de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), portanto possuem o selo “ORGÂNICO BRASIL” e podem comercializar de forma direta e de forma indireta. Já a Organização de Controle Social, é um sistema mais simples em que é permitida somente a venda direta. Elas podem realizar vendas diretas de produtos orgânicos, mas não podem usar o selo, por isso se diz que as OCSs possuem a garantia da qualidade do produto orgânico e não que é certificado (MENEZES, 2020).

Enfim, estas Organizações, as OCSs, localizadas no Sul de Minas serão pesquisadas neste trabalho em termos de sua atuação em torno da agroecologia e do acesso aos mercados e às políticas públicas.

As políticas públicas são uma maneira que os governos têm de gerir o estado por meio de projetos e procedimentos que irão fomentar determinadas áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país, estado ou município.

Secchi (2013, p. 1) conceitua que: “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões”. E Souza (2006, p. 25-26) diz que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

As políticas públicas se mostram fundamentais para o desenvolvimento do país, principalmente para parcelas da população em situação de vulnerabilidade. Importante salientar que tais políticas são provenientes de lutas de movimentos sociais juntamente com partidos políticos para desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável para os territórios. No contexto da agroecologia, elas são fundamentais. Portanto, como se dá o acesso às políticas públicas pelas organizações estudadas neste trabalho?

O tema de mercados também é fundamental e precisa ser definido. Para defini-lo, é necessário visitar a conceituação feita por Schneider (2016), onde problematiza que existem três formas de discutir tal tema:

[...] a) o mercado como um *locus*, um espaço físico determinado em que se realizam trocas materiais de produtos e mercadorias; b) o mercado como princípio ordenador da sociedade e da economia, tal como funciona o capitalismo; e c) o mercado como uma construção social, que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais. (SCHNEIDER, 2016, p. 97).

Os conceitos pontuados em a) e b) foram desenvolvidos por autores buscando estudar os mercados e as trocas de mercadorias que existiam desde antes do desenvolvimento do capitalismo. É extremamente complexa essa discussão se for mais aprofundada, mas o importante aqui é que este mercado não considera de forma primordial os aspectos culturais e sociais, ele sim considera estes aspectos no sentido de acessar nichos de mercado para comercializar algo dentro de grupos sociais, mas não coloca estes aspectos como precursores de como comercializar. O que Schneider (2016)

traz em c) é colocar estes aspectos como centrais e considerá-los assim como se considera o aspecto econômico. As feiras, por exemplo, são lugares em que muitas vezes as relações que se criam são mais importantes do que as próprias vendas, pois o momento da feira é uma oportunidade de apresentar o produto e construir relações sociais, além disso, pode-se dizer que os mercados são onipresentes marcando o dia a dia e organizando a sociedade.

Portanto, pode-se perguntar como se desenvolvem o acesso aos mercados pelas organizações estudadas neste trabalho. Neste sentido, se fala em acesso e construção de mercados, muitas vezes mais próximos logisticamente com a possibilidade de tornar as relações mais diretas, ou seja, com menos atravessadores ou até nenhum atravessador.

A questão de pesquisa construída reunindo tudo que foi dito e devido ao contexto apresentado acerca da região estudada, das organizações e temas propostos é: como funciona o acesso aos mercados e como funciona a participação em políticas públicas pelas Organizações de Controle Social do Sul de Minas? Visto que suas trajetórias são fundamentais para este entendimento e reflexão.

Para isso, o presente estudo levantou as informações buscando contribuir com o Polo Agroecológico para auxiliar no desenvolvimento das organizações mapeadas e compreender como se dá suas atuações locais em termos da construção da agroecologia, participação e construção de políticas públicas na região Sul de Minas Gerais, local do estudo. Este trabalho atende às diretrizes do Polo Agroecológico, pois em seu Projeto de Lei 23.939 de 23/09/2021, seu objetivo é “promover e fomentar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica nas regiões Sul e Sudoeste do Estado” (LEI N° 23.939 de 23/06/2021).

Além disso, o trabalho contribui com uma camada importante da sociedade, agricultores(as) familiares agroecológicos, que muitas vezes é excluída das decisões que lhes afetam e por isso contribui para uma sociedade mais justa e mais sustentável.

Para ser agricultor(a) familiar no Brasil tem-se que cumprir quatro pré-requisitos: 1° - ter até que quatro módulos fiscais de área em sua propriedade; 2° - possuir no mínimo 50% da renda vindo da atividade agropecuária; 3° - ter maioria da mão de obra da própria família; e 4° - a gestão da propriedade ser feita pela família (LEI N° 11.326, DE 24/07/2006). Segundo o Senso Agropecuário de 2006, em média cerca de 70% do alimento consumido pela população brasileira vem da agricultura familiar (IBGE, 2006). No Censo Agropecuário de 2017, não há um dado com mesmo critério como este de 2006, mas pode-se observar valores também importantes no que tange a

agricultura familiar, como por exemplo, 77% do número de estabelecimentos, 67% do pessoal ocupado, 23% da área ocupada e um volume de produção de 23% de toda produção agropecuária brasileira (IBGE, 2017). Estes números mostram o quanto a agricultura familiar brasileira é relevante em diversos aspectos e que precisa ser visibilizada e valorizada.

As organizações escolhidas para serem estudadas no trabalho aqui apresentado foram as Organizações de Controle Social (OCSs) para fins de conformidade orgânica, do Sul de Minas Gerais. Sobre elas existem poucas informações sistematizadas que permitam que atores(as) envolvidos(as) no Polo Agroecológico e nas instituições públicas possam atuar e buscar contribuições para desenvolver trabalhos que potencializem seus acessos e entendimentos sobre políticas públicas e comercialização. Além disso, esta foi uma demanda que partiu do próprio movimento agroecológico da região através das reuniões e planejamentos do PAPOSSM em que foi definida a necessidade da realização de diagnósticos envolvendo tais temas.

Além dos fatores já expostos, a escolha da região sul de Minas se deu pelo fato de que é uma região já minimamente conhecida pelo pesquisador, pois esteve durante sua formação acadêmica e profissional em diversos momentos, eventos e cursos, vivenciando sua realidade. Além disso, também atuou durante o período do mestrado na Secretaria Operativa do Polo Agroecológico, que é a equipe de pessoas contratadas para realizar as atividades necessárias para o andamento do projeto do Polo Agroecológico, e esta equipe é composta por pessoas do Sul de Minas.

Nas próximas sessões estão apresentados: o referencial teórico trazendo a discussão sobre os principais temas relevantes para este trabalho que são as políticas públicas, os mercados e a agroecologia; o objetivo geral, que foi compreender os mercados e as políticas públicas acessadas pelas organizações estudadas; os objetivos específicos; a metodologia utilizada, onde serão apresentadas as ferramentas metodológicas, as estratégias para coleta de dados utilizada e a metodologia de análise dos dados; em seguida apresentam-se os resultados e discussão, onde se relacionam as informações levantadas pelos dados coletados com a literatura pesquisada; e por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**



## 2.1. Agroecologia e Sustentabilidade

O conceito de agroecologia foi desenvolvido por diversos autores ao longo dos anos de estudos acadêmicos em diversas partes do mundo e surge como proposta de um novo modelo de sociedade. Diversos autores colocam a Agroecologia como novo paradigma científico para a agricultura, para o desenvolvimento rural e para a própria organização da sociedade (EMBRAPA, 2006). Portanto como uma mudança de paradigma: da racionalidade instrumental para a racionalidade ecológica (ALTIERI, 2012).

No artigo de Caporal e Petersen (2012), os autores trazem o conceito de agroecologia e como este conceito se modificou através do tempo no mundo. Inicialmente eles destacam os autores Miguel Altieri e Stephen R. Gliessman que foram pioneiros em escrever academicamente sobre agroecologia, na época utilizando outros termos como Agricultura ecológica, alternativa ou sustentável.

Em 1981, Gliessman escreveu sobre “A base ecológica para a aplicação de tecnologia agrícola tradicional ao manejo de agroecossistemas tropicais”. E em 1983, Altieri lançou o livro “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa” ou “sustentável” termo utilizado, logo em seguida.

Estes termos continuam em uso hoje em dia, mas quando se trata de um aspecto mais abrangente envolvendo aspectos sociais, políticos e culturais usa-se o termo “Agroecologia”.

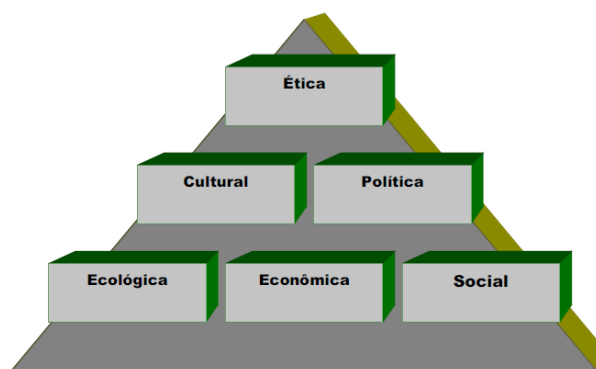
Segundo Altieri (2012), a agroecologia emerge como uma disciplina que estuda os agroecossistemas, por meio de projeto e manejo tornando-o produtivo e ao mesmo tempo sustentável em relação aos aspectos ambientais, culturais, sociais e econômicos.

Surge aí outra conceituação importante que é necessário ser feita, que é o conceito de sustentabilidade. Para Leonardo Boff, em seu livro chamado “Sustentabilidade: o que é - o que não é”, sustentabilidade pode ser definida como:

O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p 14).

Existem, portanto, autores que mesclam estes dois conceitos, sustentabilidade e agroecologia, por realmente serem e terem muitas semelhanças. Como é o caso de Caporal e Costabeber (2004) que fizeram uma conceituação da sustentabilidade pelo olhar da agroecologia trazendo uma reflexão bastante abrangente. Portanto, segundo estes autores, pensar sustentabilidade pelo olhar da agroecologia tem seis dimensões como mostra a Figura 1.

Figura 1: Multidimensões da Sustentabilidade pelo olhar da Agroecologia



Fonte: Caporal e Costabeber (2004)

Na Figura 1 observa-se que os autores exploram seis dimensões e três níveis diferentes. No primeiro nível tem-se a definição mais comum de sustentabilidade que é baseada em: Ecológica ou ambiental; Econômica; e Social. Portanto um projeto sustentável neste primeiro nível precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

No segundo nível, são incorporados aspectos muito importantes para a agroecologia. No âmbito cultural é extremamente importante que as soluções construídas nos locais sejam realmente executáveis, adaptáveis e úteis, e isto tem muito a ver com o aspecto cultural do local e de como aquela população se reproduz culturalmente. Ainda no segundo nível, no âmbito político faz referência aos movimentos sociais, movimentos políticos de lutas por direitos das populações e dos territórios ameaçados e/ou marginalizados.

No terceiro nível, no topo da pirâmide da Figura 1 tem-se o aspecto ético, responsável por motivar, distorcer, disciplinar ou orientar as escolhas de cada ser humano, de cada ator ou atriz social envolvido(a) na dinâmica do dia a dia da agroecologia. Para trazer a discussão de como a ética pode ser relacionada aqui pode-se

usar os ensinamentos de Acosta em seu livro “O Bem Viver”. Em determinada passagem, ele diz o seguinte:

O Bem Viver deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução. Enquanto proposta holística é preciso compreender a diversidade de elementos a que estão condicionadas as ações humanas que propiciam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros. (ACOSTA, 2016, p 71).

Neste contexto, segundo Caporal e Costabeber (2004), “a sustentabilidade pode ser definida simplesmente como a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo”. Definição que corrobora com as reflexões trazidas por Altieri (2012).

O conceito de agricultura sustentável é relativamente recente e surge como resposta ao declínio que a agricultura moderna vem provocando na qualidade da base de recursos naturais. Atualmente, a discussão sobre produção agrícola tem evoluído, partindo de uma abordagem puramente técnica para uma leitura mais complexa, caracterizada por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. (ALTIERI, 2012, pag 103).

É observado, portanto, uma relação intrínseca entre estes dois conceitos: Agroecologia e Sustentabilidade, quando abordados de forma ampla e atual.

Outra contribuição importante de Altieri (2012) é o conceito de Agroecologia como ciência, prática e movimento político. É ciência quando produz conhecimento, questionando a agricultura industrial e desenvolvendo metodologias de estudo para agroecossistemas sustentáveis; é prática no dia a dia de populações tradicionais rurais resgatando o conhecimento ancestral da agricultura e incorporando com novos conhecimentos de agricultura sustentável; e é movimento/política, quando mobiliza diversas pessoas da ciência e da prática para construção de uma sociedade mais justa, buscando saúde, segurança e soberania alimentar, uma economia solidária e ecológica com equidade de gênero e relações harmoniosas entre campo e cidade.

Ao longo do texto serão trazidos estes termos para eventuais explicações e reflexões. Tanto a partir de um olhar da agroecologia como da sustentabilidade.

### 2.1.1. Agroecologia no Sul de Minas Gerais

Com o objetivo de apresentar melhor a região Sul de Minas Gerais e como se deu o processo de formação do movimento agroecológico nela inserido, segue uma breve revisão de trabalhos executados na região colocando a agroecologia como conceito central do estudo. Esta revisão é importante para um entendimento mais aprofundado de como a agroecologia vem sendo construída na região.

Na década de 1970 surgiram as primeiras iniciativas de se criar um movimento global de “agricultura alternativa”, na época chamado assim e que depois viria a ser chamado de agroecologia, como é hoje. No Brasil, somente em 1976 José Lutzenberger publicou “Manifesto ecológico brasileiro: “O fim do Futuro?”” e sob a influência de ecologistas, a criação de alternativas ao modelo tecnológico que a agricultura brasileira era imposta se fortaleceu (BRAGA, 2018).

Foi nas décadas de 1970 e 1980 que houve também um grande êxodo rural no Brasil, mais de 30 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades. No Sul de Minas, não foi diferente, havia uma grande pressão feita na região para que ela se especializasse em monocultivos de café para abastecer o mercado externo. A agricultura tradicional se torna uma forma de resistência para que os camponeses conseguissem preservar seus costumes, suas formas de plantio e de reprodução da vida. Aprendizado familiar que era passado de geração em geração, muito influenciado pela tradição caipira da região (BRAGA, 2018).

Na década de 1990 o debate se expande mais um pouco e vão surgindo as questões em torno da Agroecologia. As discussões sobre sustentabilidade também estavam em alta na época, e que até hoje é o foco em muitos momentos, foi fundamental para fazer essas discussões alcançarem grande número de pessoas (BRAGA, 2018).

Outro movimento muito importante e que contribuiu com a mobilização e organização dos(as) agricultores(as) no Sul de Minas foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que desde a década de 1980 atuavam na região. No município de Poço Fundo, por exemplo, foi um movimento muito importante e que posteriormente veio a fomentar a criação da Organização não Governamental Centro de Assessoria Sapucaí e da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região. Outro exemplo importante é em 1996 que em Pedralva surgiu o Grupo Excursionista Pedra Branca com a intenção de preservar a serra da Pedra Branca (BRAGA, 2018).

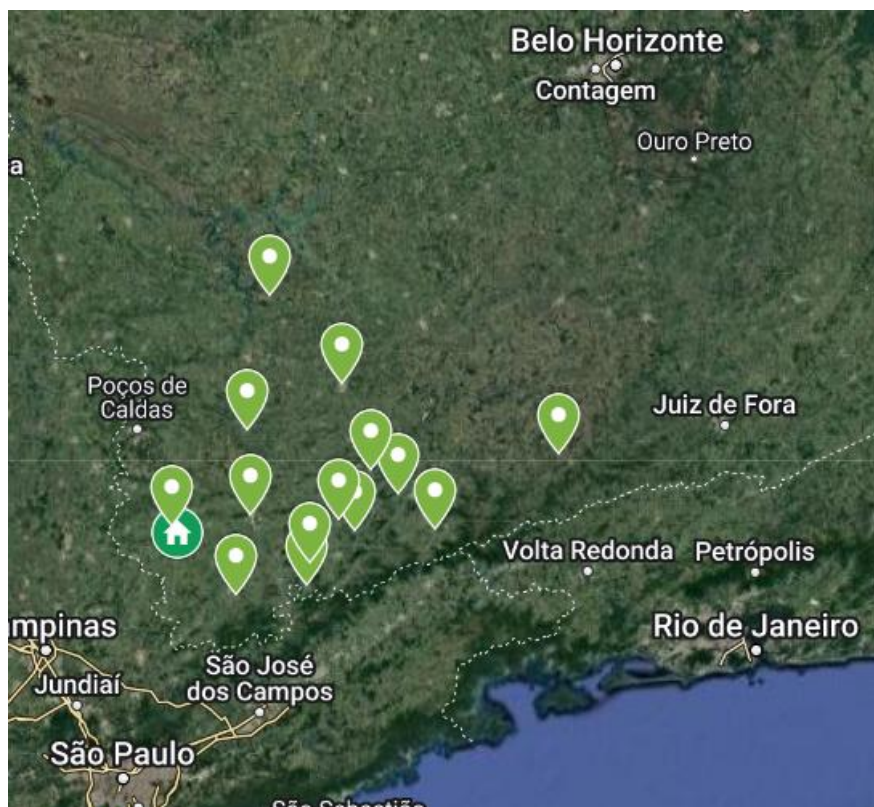
O Sul de Minas continuou tendo muitos avanços em relação à novas organizações que trabalham com orgânicos, agroecológicos ou questões ambientais até hoje e é a região que construiu o primeiro sistema participativo de garantia (SPG) do

Brasil. O SPG é uma forma de certificação orgânica em que os agricultores se certificam mutuamente e se fiscalizam de forma participativa.

Sua dinâmica de funcionamento, com destaque para as visitas com a participação de agricultores, técnicos e consumidores, tornou-se um mecanismo capaz de garantir que a qualidade do produto orgânico por ele certificado, vá além do não-uso de agrotóxicos ou produtos químicos, mas também ateste as qualidades intrínsecas aos princípios das agriculturas orgânicas que vêm se perdendo e podem ser resgatados por esse sistema de avaliação da conformidade. Para isso, é necessário que os agricultores se apropriem dos procedimentos, por meio de uma participação ativa, e sejam protagonistas desse processo. (HIRATA, 2016).

O estudo de Hirata (2016) foi muito importante para sistematização destas iniciativas que hoje fazem parte da Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, conhecida como Orgânicos Sul de Minas (OSM), esta que tem como finalidade organizar as associações que trabalham com agroecologia e produção orgânica na região. As associações que atualmente fazem parte da OSM podem ser encontradas no site da OSM e neste site há um mapa com suas localizações. Podem ser observadas na Figura 2 mostrando a proximidade com as capitais Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo:

Figura 2: Localização das cidades que fazem parte da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM).



Fonte: (NOSSAS..., 2023).

No Quadro 1 estão mostradas as 14 organizações (associações, grupos e cooperativas), abrangendo diversas cidades e uma quantidade significativa de agricultores e agricultoras.

Quadro 1: As organizações que compõem a Orgânicos Sul de Minas (OSM) e suas principais cidades de atuação (2023).

<b>Organização</b>	<b>Cidade</b>
Amigos Produtores Orgânicos da Mantiqueira (APOM)	Carmo de Minas, São Lourenço, Itamonte, Virginia, Soledade de Minas e Baependi.
Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF)	Ouro Fino, Crisólia, Inconfidentes, Monte Sião, Piranguinho, Santa Rita de Caldas e Poço Fundo.
Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (APANFÉ)	Maria da Fé, Carmo de Minas, Cristina e Delfim Moreira.
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM)	Poço Fundo
Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa)	Campo do Meio, Guapé e Boa Esperança.
Associação dos Bananicultores de Luminosa (ABAL)	Brasópolis
Associação Sul Mineira de Agroecologia e Solidariedade (Sol-Minas)	Varginha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Campanha, São Sebastião, da Estrela, São Thomé das Letras, Itutinga, Campos Gerais e Coronel Xavier Chaves.

Rede Agroecológica da Mantiqueira (RAMA)	Pedralva, Delfim Moreira, Piranguinho, Paraisópolis, Gonçalves e Santa Rita do Sapucaí.
Associação dos Agricultores Ecológicos do Sul de Minas (EcoMinas)	Pouso Alegre, Congonhal, Estiva, São Sebastião da Bela Vista e Inconfidentes.
Associação dos Produtores Orgânicos de Brazópolis (Brazorgânicos)	Brazópolis
Associação de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos Serras Verdes (Serras Verdes)	Córrego do Bom Jesus
Associação Orgânicos das Águas Virtuosas (OAV)	Jesuânia, Lambari, Carmo de Minas, Soledade de Minas, São Thomé das Letras e Baependi.
Organização de Produtores Agroecológicos do Alto do Rio Grande (OPAA)	Santa Rita do Jacutinga, Arantina, Andrelândia e São Vicente de Minas.
Orgânicos Itanhandu	Itanhandu

Fonte: (NOSSAS..., 2023).

A região do Sul de Minas, devido ao seu contexto e trajetória possui uma proximidade grande entre agricultores familiares, representados por suas organizações juntamente com os movimentos sociais das instituições de ensino superior e seus trabalhos acadêmicos com agroecologia e produção orgânica.

Estudos feitos por Xavier (2014) mostraram que existe uma alta relação entre os conhecimentos produzidos dentro da academia e as práticas de trabalho exercidas pelos agricultores/as do Sul de Minas.

Foram identificadas inovações tecnológicas em agroecologia, obtendo-se uma alta relação entre os conhecimentos científicos globais e a prática local dos agricultores agroecológicos do Sul de Minas Gerais. (XAVIER, 2014).

Por fim pode-se notar que a região Sul de Minas é extremamente importante para o movimento agroecológico nacional, pois contém instituições de ensino superior relevantes e possui uma organização de associações e cooperativas em torno da agricultura orgânica e agroecológica atuante. Além disso, os movimentos locais apoiam e orientam muitas famílias agricultoras agroecológicas, como será visto ao longo deste trabalho, promovendo produção de alimentos orgânicos de forma sustentável para a população da região.

## 2.2. Políticas públicas para agroecologia

Caporal e Petersen (2012) argumentam que o Brasil não possui um projeto político como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, pois o conjunto de

políticas para o rural ainda continua na lógica produtivista e mercantilista, mesmo modelo desde 1960. A política de crédito rural que foi iniciada nesta mesma década é umas das principais responsáveis por promover a chamada “modernização da agricultura”. Na época era a revolução verde chegando ao Brasil, que foi a modernização da agricultura em escala global incorporando técnicas e tecnologias, como os maquinários, os agrotóxicos, as sementes modificadas e os fertilizantes químicos, após a segunda guerra mundial. Os projetos de crédito desenvolvidos tinham como prerrogativa usar parte do financiamento para comprar estes insumos modernos. A partir daí, a agropecuária nacional estabeleceu um desenvolvimento privilegiando difundir a mecanização e os monocultivos (AQUINO, 2020).

Tal política pública sinalizou como o país pretendia se desenvolver, que tipo de matriz produtiva iria estruturar e que tipo de iniciativas iria suprimir. O Estado claramente teve uma opção por um padrão ou estilo produtivo e este foi como dito, baseado na “modernização da agricultura” (AQUINO, 2020).

Esta política de crédito sinalizou que abraçaria outra forma de agricultura quando foi criado o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 (DECRETO Nº1.946 de 28/06/1996) e principalmente depois da Lei que definia mais claramente o que é Agricultura Familiar no Brasil (LEI Nº 11.326, de 24/07/2006), mas não foi isso que aconteceu. De forma geral, os financiamentos continuaram por promover uma forma baseada nessa modernização, o que vai contra os princípios da agroecologia e da sustentabilidade.

Por isso, houve muitas críticas do setor da academia e pressões de movimentos sociais. Assim, criaram-se em 2003 as linhas PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO, chamadas de PRONAF Verde, na tentativa de fazer com que o crédito rural fosse destinado principalmente para setores que trabalham com Agroecologia e Produção Orgânica. Mas essas políticas não tiveram êxito devido à rigidez do Estado em operar novas políticas públicas direcionadas a um público historicamente excluído, onde a burocracia e as pessoas envolvidas na execução das políticas não estão sendo preparadas e treinadas (AQUINO, 2020). Outro ponto relevante é que o volume de financiamento destinado a estas políticas, comparado ao volume destinado ao agronegócio e ao agronegócio familiar são infinitamente menores (AQUINO, 2020). E outro elemento é a falta de treinamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atuar com agricultura orgânica. Como o autor Aquino (2020, p. 172) fala:



A política de crédito rural brasileira demonstrou um desempenho quantitativo excepcional no transcorrer do período compreendido entre 2002 e 2012. Nesse intervalo de tempo, de acordo com dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN, 2014), foram aplicados R\$ 840,3 bilhões em operações de custeio e investimento agropecuários. O PRONAF também manteve sua trajetória de crescimento no mesmo período, realizando 17,8 milhões de contratações e aplicando mais de R\$ 91,6 bilhões. As linhas de financiamento voltadas ao fortalecimento da produção agroecológica e orgânica de alimentos, por sua vez, registraram um comportamento bem diferente dos indicadores ora apresentados.

Mesmo com incentivos diretos ao financiamento da Agricultura Familiar, existem entraves graves que não conseguem ser superados. Segundo Sambuichi et al. (2012, p. 30-31):

Os valores totais financiados pelo PRONAF Verde da safra 2004-2005 à safra 2010-2011 correspondem apenas a 0,7% dos recursos aplicados e 0,5% do número de contratos firmados pelo PRONAF Geral nesse mesmo período.

Infelizmente é essa a realidade que é detectada nestes estudos. A política de crédito rural que poderia abastecer a agricultura familiar com recursos a serem investidos em projetos e programas agroecológicos não é vantajosa. Segundo Aquino (2020, p. 184) “as mudanças institucionais necessárias são difíceis de serem operadas, tanto do ponto de vista da burocracia estatal, como dos diversos atores envolvidos na arquitetura da política de crédito rural” e “os avanços no financiamento da produção sustentável entre os agricultores familiares brasileiros ainda são pífios e quase irrelevantes em números e resultados”.

Caporal e Petersen (2012) argumentam que desde 1990, os governos Brasileiros (muito influenciados pelo mercado internacional) escolheram ações com o objetivo de posicionar o país em fornecedor mundial de commodities agrícolas. Portanto, não houve uma construção de políticas públicas orientada a buscar mais sustentabilidade e as iniciativas de caráter socioambiental apareceram de forma pontual. Ainda assim, são estas iniciativas que dão folego para a continuidade das lutas para construção de um modelo de desenvolvimento rural que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Algumas dessas iniciativas de caráter nacional serão brevemente apresentadas para dar sustentação ao que foi dito.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) de 2006, diz que a alimentação é um direito fundamental do ser humano cabendo ao poder

público tomar decisões a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população. A segurança alimentar e nutricional abrange as condições de acesso ao alimento por meio da produção em especial da agricultura familiar e tradicional; a conservação da biodiversidade; a promoção da saúde e nutrição; a garantia da qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos; a produção de conhecimento e acesso a informação; a implementação de políticas públicas respeitando as características culturais do país; e a formação de estoques de alimentos (LEI Nº11.346 de 15/09/2006).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2010 tem como objetivo: promover o desenvolvimento rural sustentável; apoiar as iniciativas locais; aumentar a produtividade e qualidade das produções rurais; promover a melhor qualidade de vida de seus beneficiários; desenvolver ações para conservação do ambiente e da biodiversidade; construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico e tradicional; aumentar a renda dos beneficiários; apoiar o associativismo e cooperativismo; promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas; e contribuir para a expansão do aprendizado e qualificação profissional apropriada a realidade rural brasileira (LEI Nº12.188 de 11/01/2010).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que foi instituída em 2012 pelo decreto presidencial nº 7.794 possui o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que possam favorecer a transição agroecológica nos territórios de maneira a contribuir para o desenvolvimento sustentável (DECRETO Nº 7.794, 20/08/2012). A partir desta política formou-se uma Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) composta por representantes de dez ministérios para discutir e construir um Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) juntamente com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) que continha representantes da sociedade civil e do governo federal com o objetivo de promover a participação da sociedade na elaboração do mesmo. O Planapo I (2013-2015) possuía quatro eixos principais. Eixo 1: Produção; Eixo 2: Conservação dos Recursos Naturais; Eixo 3: Conhecimento; e Eixo 4: Comercialização e Consumo. Sambuichi et al (2017) fez uma avaliação da execução de suas ações observando as metas físicas e orçamentárias. Além de ter como referência o Relatório de Balanço do Planapo I, fazer revisões de literatura e levantar dados secundários, Sambuichi et al (2017) fez entrevistas com os representantes da Ciapo e da Cnapo.

As principais considerações que podem ser mencionadas neste estudo dizem respeito primeiramente aos recursos não reembolsáveis que obtiveram uma execução elevada, já os recursos para crédito não tiveram boa execução. Segundo Sambuichi et al, 2017, existem diversos motivos, mas é importante dizer que já existe uma estrutura burocrática em funcionamento e que as pessoas envolvidas não possuem a formação necessária ou o interesse suficiente para viabilizar tal política, como dito na explanação sobre o PRONAF, portanto, sugerem que para resolução deste problema podem-se criar fundos de crédito rotativo, cooperativas de crédito e outros, desde que sejam adequados a financiar a pequena produção. A forma de financiamento que mais chamou atenção foi das Redes de Agroecologia por meio do programa Ecoforte, que teve grande procura por parte das cooperativas e agricultores(as) para acessar os recursos. (SAMBUICHI et al, 2017). O Programa Ecoforte foi construído no âmbito da PNAPO e é um programa que apoia os projetos construídos a partir das demandas dos próprios territórios com seus contextos específicos e naturalmente com soluções específicas fortalecendo as redes e não propõe uma solução tecnológica universalizada (SCHMITT, 2020a; SCHMITT, 2020b).

Outras ações que tiveram grande êxito foram as de Assistência Técnica e Extensão Rural Agroecológicas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do programa Segunda Água, que é a implantação de tecnologias sociais para acesso à água, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Também foram benéficas as ações de formação em agroecologia para agricultores e técnicos e de nível superior, além do apoio aos Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs) das Instituições Federais de nível superior (SAMBUICHI et al, 2017).

Já as ações de regulamentação de insumos e produção orgânica tiveram baixo percentual de execução durante a duração do PLANAPO I, assim como as iniciativas novas. Segundo Sambuichi et al (2017), isso se deve a dificuldades burocráticas, dificuldades com a máquina pública que não foi devidamente dimensionada para planejamento destas iniciativas. Por fim, se concluiu que três anos para execução do PLANAPO I é muito pouco para uma política tão inovadora como a PNAPO.

Na continuação do PLANAPO I, houve o PLANAPO II que ocorreria no triênio 2016-2019, mas houve uma descontinuidade das atividades devido ao contexto político que o país se encontrava, por isso não houve um relatório oficial publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Vindo para o campo estadual, há também a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) (LEI N°21.146 de 14/01/2014), corroborando com as diretrizes colocadas pela PNAPO. Seria então um trabalho de cooperação entre governo federal, estados e municípios e parte de uma trajetória de construção de políticas:

[...] voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, ao reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, à garantia da SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) das populações urbanas e rurais e à promoção de um desenvolvimento rural sustentável.” (SABOURIN et al, 2019, p. 77).

No livro organizado por Sabourin et al (2019) intitulado: “Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica”, há diversos artigos fazendo reflexões sobre alguns estados brasileiros, no que tange a construção das políticas de agroecologia. Em seu capítulo 4 encontra-se o texto de Schmitt e Barbosa que fala sobre o estado de Minas Gerais. Como os autores trazem logo no início, tais construções são parte de uma extensa rede de atores sociais e governamentais que trabalhando em conjunto e corroborando interesses puderam materializar a política:

[...] a estruturação deste instrumento de política pública (PEAPO) emerge como resultado de múltiplas influências, mobilizando um conjunto diversificado de atores e campos de relações, envolvendo toda uma série de dinâmicas de coprodução entre agentes estatais e redes e organizações da sociedade civil. (SABOURIN et al, 2019, p. 75).

Infelizmente, nos últimos anos houve grandes prejuízos aos avanços conquistados anteriormente e não só no Brasil. O texto de Sabourin (2018) tem como objetivo analisar os processos de desmonte das políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar da América Latina. As hipóteses levantadas acerca deste desmonte nas políticas públicas foram de que devido ao contexto econômico mundial e ao enfraquecimento da relação entre os governos populares e os movimentos sociais, ficou em aberto para atuação de setores agressivos e reacionários que ocuparam espaços políticos de decisão. Portanto, os elementos para discutir a sócio história das políticas públicas no desenvolvimento rural da América Latina estão baseados nestas dinâmicas econômicas e de relação entre movimentos sociais e os atuais governos.

Para Sabourin (2018) existem três gerações de políticas públicas que têm afetado a agricultura familiar. São desafios globais e nos tempos atuais, onde o campo de apoio direto à agricultura familiar se esvaziou devido ao processo de impeachment da

Presidente Dilma Rousseff em 2016 que resultou na suspensão das políticas sociais e de agricultura familiar.

No Brasil, a trajetória de reconhecimento da agricultura familiar possui referenciais de políticas públicas fortalecidos nos momentos históricos. Estes momentos são críticos em que apareceram ou foram criadas formas de ação governamental. Primeiramente, em torno dos anos 1950, houve a emergência das políticas públicas de primeira geração para a agricultura familiar e a conformação de um referencial de política pública agrícola e agrária baseadas na “modernização da agricultura” com as linhas de crédito para compra de agrotóxicos, máquinas agrícolas e sementes geneticamente modificadas. Posteriormente (segunda geração), os elementos que caracterizaram as políticas sociais e assistenciais se expressaram em programas e ações públicas tratando da construção de um referencial social e assistencial como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, habitação rural e as contribuições que os governos FHC, Lula e Dilma trouxeram. Por fim, houve a construção de políticas voltadas para formação de novos mercados e com foco na segurança alimentar e na sustentabilidade que são as políticas de terceira geração. Portanto, estas três gerações convivem mutuamente e por vezes há conflitos. São necessárias estratégias para agirem em conjunto e agregarem força às pautas comuns (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O comum a essas três gerações de políticas é que foram conquistadas a partir de lutas dos movimentos sociais. A vantagem das políticas da terceira geração é que conseguem mobilizar setores mais amplos da sociedade. Os limites aos avanços destas políticas públicas são: a globalização; processos de modernização; e que não houve uma mudança estrutural nas desigualdades sociais no país (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Para discutir a crise e o desmonte das políticas públicas é necessário pensar nas causas e nas tendências que operam na política agrária dos países da América Latina. Há os fatores situacionais e os fatores macroeconômicos. Portanto nunca houve ruptura da forma de governança, o que houve foram concessões que acabaram por não ir à raiz dos problemas e não mudaram a estrutura social dos países:

As políticas públicas a favor da agricultura familiar tiveram um desenvolvimento importante na América Latina entre os anos 1995 e 2015. Além da diversidade das suas trajetórias, sempre foram instituídas em resposta a reivindicações e a propostas dos movimentos sociais do campo, mas nunca conseguiram recursos públicos comparáveis àqueles que beneficiam a agricultura empresarial. Pode-se considerar até que tiveram certa vigência enquanto reduziam

explosões sociais ou não competiam com os interesses do capitalismo agrário nacional. (SABOURIN, p. 14, 2018).

A partir do processo de impeachment da Presidente Dilma Roulsseff, iniciou-se um dismantelamento destas políticas com Michel Temer no poder e isso se agravou com a posse de Jair Bolsonaro. Mas o que pode ser observado é uma grande resistência dos setores que protegem tais políticas de cunho social e se mobilizam para evitar a perda de direitos, apesar das dificuldades.

[...] as projeções de um cenário pouco promissor no que diz respeito às possibilidades de ampliação dos investimentos públicos em programas sociais, e os desafios de uma estrutura institucional historicamente marcada pelo peso político do agronegócio e permeada por lógicas administrativas de cunho neoliberal, não impediram que as redes e organizações da sociedade civil buscassem ampliar sua capacidade de influência na relação com o poder público estadual. (SABOURIN et al, 2019, p. 81).

A importância de políticas públicas com aporte municipal e regional passa a ter uma enorme relevância, pois as mobilizações locais se intensificaram. O texto da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) chama a atenção para a relevância dos movimentos sociais nesse momento.

A implementação de políticas garantidoras de direitos humanos, sociais e políticos é um dever do Estado, nas suas diferentes esferas. Historicamente, foi a mobilização de movimentos sociais populares o motor principal para a conquista desses direitos e para a construção de políticas, programas e ações voltadas a promovê-los. É notório, também, que as políticas públicas construídas e executadas em diálogo e parceria com grupos e organizações da sociedade civil são aquelas que melhor se adequam às realidades locais e melhor atendem às reais demandas da população, alcançando maior efetividade. (LONDRES, 2021, p. 36).

E continua, chamando a atenção, como dito anteriormente, para as mobilizações locais.

[...] muito pode ser feito no plano local no sentido de minimizar o impacto desses retrocessos e construir alternativas para o desenvolvimento. Mesmo com orçamentos limitados, municípios podem aprovar leis e implementar ações de grande impacto, beneficiando milhares de pessoas no campo e na cidade com medidas de promoção da alimentação saudável, da geração de trabalho e renda, da saúde coletiva e de outros numerosos temas que incidem diretamente sobre a qualidade de vida da população. (LONDRES, 2021, p. 37).

Importante pontuar que as conquistas sociais historicamente conquistadas foram feitas através de lutas e mobilizações e que neste momento de retrocessos, são estas forças que continuam resistindo até o próximo momento de oportunidade em governos populares e progressistas. Por isso, o plano local é tão importante para que na base, os movimentos continuem sobrevivendo e promovendo alternativas para as populações. Por isso, no próximo tópico serão apresentadas alternativas de comercialização construídas pelos movimentos de luta do campo.

### **2.3.Alternativas de comercialização**

Para falar sobre as alternativas de comercialização é necessário falar um pouco dos mercados alimentares convencionais. O artigo de Darolt e Rover (2021) se inicia desta forma:

[...] não é possível falar em agroecologia e circuitos curtos de comercialização de alimentos sem falar dos produtos e mercados alimentares convencionais. Estes produtos e mercados foram profundamente impactados pelos processos de modernização e industrialização da agricultura, os quais se beneficiaram do avanço dos sistemas de transporte e distribuição, ampliando as escalas e distâncias de transação dos alimentos. (DAROLT; ROVER, 2021, p. 19).

Os mercados convencionais de comercialização se ocuparam em especificar cada etapa e em construir um distanciamento entre produtores e consumidores, onde as pessoas/organizações envolvidas no meio desta cadeia ganham cada vez mais lucros e as duas pontas, produtores e consumidores, se tornam cada vez mais desconhecidos um para o outro. Isso gerou insegurança alimentar e fez desaparecer uma diversidade grande de alimentos presentes em dietas milenares, pois é difícil produzir e distribuir estes alimentos em larga escala (DAROLT; ROVER, 2021).

O mundo globalizado cada vez mais tem demandas crescentes por alimento em quantidade e qualidade nos grandes centros e isto estimulou grandes companhias compradoras e distribuidoras de alimento a monopolizarem o mercado. Mas ao mesmo tempo o mercado também se diferenciou e procura por alimentos específicos.

[...] a população dos centros urbanos gera uma demanda alimentar concentrada, a partir dela também ocorre um processo de segmentação dos mercados em geral e dos mercados alimentares em particular,

visando atender diferentes anseios e demandas dos consumidores. (DAROLT; ROVER, 2021, p. 20).

Hoje, a população vem sendo informada sobre os riscos de alimentos superprocessados e industrializados, de uso de agrotóxicos e de uso indiscriminado de aditivos, conservantes, etc. Isto gerou uma pressão no mercado para procurar alimentos mais naturais, devido em grande medida pelo apelo salutar, mas também ambiental e social.

Retomando o que foi dito no tópico anterior sobre as políticas públicas de terceira geração, elas se aproximam das estratégias ou alternativas de comercialização, pois objetivam a formação de novos mercados com foco na segurança alimentar e na sustentabilidade, como por exemplo, os circuitos curtos de comercialização onde tem-se a possibilidade de estimular produções orgânicas, locais e agroecológicas.

Entendemos que desse movimento emerge a organização de diversas formas de circuitos curtos de comercialização, especialmente aqueles ligados a sistemas de produção agroecológicos/orgânicos, os quais classificamos como inovações sociais, nos termos que detalharemos adiante. Se colocam em jogo diversos elementos de reconexão entre agricultura, alimentação, saúde, meio ambiente, economias locais e territórios, os quais abrem espaço para diversas formas de inovação, em grande medida voltadas para uma aproximação relacional e espacial entre produção e consumo de alimentos agroecológicos/orgânicos. (DAROLT; ROVER, 2021, p. 21).

Os tipos de circuitos curtos de comercialização segundo Darolt et al. (2016) podem ser divididos em duas vertentes, a venda direta e a venda indireta. Na venda direta é como o próprio nome diz, uma relação direta entre o(a) agricultor(a) e o(a) consumidor(a) e pode ser feita na propriedade ou fora dela. Exemplos de venda direta na propriedade podem ser vendas individuais, para grupos, em cestas ou através de serviços, como agroturismo, gastronomia, pousada, esporte e lazer. E exemplos de venda direta fora da propriedade são as feiras, as cestas em domicílio, os mercados institucionais, vendas para grupos de consumo e vendas na beira de estradas. Na venda indireta pode-se ter um único intermediário. São exemplos, as lojas (sejam especializadas, de cooperativas ou virtuais), os restaurantes e os pequenos mercados. É importante pontuar que a maioria dos(as) produtores(as) pesquisados por Darolt et al. (2016) utilizam mais de um canal de comercialização e os mais utilizados são: 1º as Feiras; 2º as cestas em domicílio; e 3º os mercados institucionais.



Neste sentido dentre as estratégias de comercialização ou alternativas de comercialização que agricultores familiares e agroecológicos estão desenvolvendo em suas regiões, pode-se pontuar a importância de experiências como a Rede Ecovida, na região Sul do Brasil.

As análises realizadas na experiência da Rede Ecovida permitiram observar que a construção de mecanismos alternativos de mercado tem possibilitado a organização da ação econômica de forma a reconstruir e fortalecer a racionalidade socioeconômica da agricultura familiar e camponesa, baseada em princípios diferentes da capitalista e na busca pela sustentabilidade ambiental (CASSARINO; FERREIRA, 2016, p. 49).

Pensando na realidade da agricultura familiar no Brasil, Cassarino e Ferreira (2016, p. 51) colocam o seguinte “No meio rural, a categoria da agricultura familiar e camponesa tem sido o grupo social mais atingido pelas mudanças nos padrões do sistema agroalimentar nos últimos anos.” O que mostra que este grupo inevitavelmente precisa buscar alternativas aos caminhos tradicionais de comercialização colocados pelas grandes empresas distribuidoras de alimento. Cassarino e Ferreira (2016, p. 51) apontam ainda que os motivos para isso são a liberalização da economia, o comércio exterior e o estímulo aos cultivos agrícolas destinados à exportação além da desestabilização econômica, ambiental e social causada pela “revolução verde”.

Estes autores concluem que:

[...] o debate em torno da construção social dos mercados e, particularmente, a noção em construção de “mercados locais” e “circuitos curtos” pode ser ampliada para uma dimensão além da espacial, incorporando aspectos relativos às aproximações sociais e culturais à sua abordagem, em uma perspectiva do que se propõe denominar aqui como “circuitos de proximidade”, de forma a complexificar a análise crítica dos mercados agroalimentares em construção. (CASSARINO; FERREIRA, 2016, p. 64).

Conforme exposto anteriormente, o tema de comercialização está intrinsecamente relacionado com as políticas públicas de terceira geração proposto por Triches e Schneider (2012).

Como é o caso da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento biopsicossocial de alunos(as) da rede municipal, estadual e federal, por meio da oferta de alimentos de qualidade nutricional durante o período letivo além de ações de caráter educacional alimentar e nutricional (LEI 11.947). Além de garantir a compra de 30% do montante à agricultura familiar, o

programa também oferece um pagamento de até 30% a mais no preço de alimentos orgânicos, o que representa um maior gasto do orçamento público com alimentação (ASSIS, 2019).

A compra não é feita por licitação, os preços são estipulados conforme três pesquisas de mercado local ou regional. Desta forma, o fornecedor será aquele que cumpre com os critérios de prioridade para fornecimento. Primeiramente os fornecedores locais tem prioridade sobre de outras localidades. Dentre estes, os grupos que tem prioridade são 1º: assentados de reforma agrária, indígenas ou quilombolas, 2º: produtores(as) certificados como orgânicos ou agroecológicos, e 3º: grupos formais (associações ou cooperativas) sobre grupos informais e estes sobre fornecedores individuais. Estimulando assim, o associativismo (ASSIS, 2019).

Um caso interessante é o da cidade de Rolante no estado do Rio Grande do Sul, onde os atores sociais atuaram para superar os desafios, mudar a estrutura e estabilizaram as compras da agricultura familiar para a alimentação escolar. Eles são “pioneiros na implementação do programa para aquisição de gêneros alimentícios de pequenos produtores e também conseguiram ser constantes ao longo do tempo demonstrando que houve uma iniciativa que se consolidou e adquiriu autonomia” (TRICHES; SCHNEIDER, 2012, p. 2).

Existem muitas dificuldades como aponta Triches e Schneider (2012):

[...] as exigências do próprio mercado consumidor, e aqui, especificamente, do (Programa de Alimentação Escolar) PAE que prevê a necessidade de obter garantias de inocuidade dos produtos adquiridos, além da padronização, regularidade, transporte e quantidade suficiente para abastecer todas as unidades de ensino sob sua jurisdição. Portanto, com a criação de leis que obrigam as Entidades Executoras (EE) a adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, entender as dificuldades e as estratégias pelas quais podem ser superadas, torna-se essencial para que se possa viabilizá-la. (TRICHES; SCHNEIDER, 2012, p.1).

Além do PNAE existe também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este foi um programa criado em 2004 pela Lei 10.696 com o objetivo de incentivar a agricultura familiar através da compra de alimentos de qualidade e garantir o fornecimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e formar estoques estratégicos de alimentos.

Segundo Rocha et al. (2013), o PAA adquire os alimentos sem a necessidade de licitação, o que facilita e agiliza o processo de compra, de agricultores familiares e

abastece organizações socioambientais que fazem o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. Em termos gerais é isso que o programa faz, de um lado estimula a inclusão produtiva de agricultores familiares e fomenta o desenvolvimento rural, e de outro fornece alimentos às pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional.

Além disso, o PAA fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, valoriza a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica podendo pagar até 30% a mais do que é pago para alimentos convencionais. E também estimula hábitos saudáveis a população e incentiva o associativismo, pois associações tem prioridade de venda em comparação com agricultores individuais (CARTILHA DO PAA, 2012).

Quem faz o controle social do programa é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Este conselho é composto amplamente pela sociedade civil e atua nas esferas nacional, estadual e municipal. Existem também diversas modalidades de compra: 1ª Compra com Doação Simultânea: finalidade de atendimento de demandas locais de alimentação, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; 2ª Compra Direta: tem finalidade de sustentar os preços, de construir estoques públicos e atender a programas de acesso à alimentação; 3ª Apoio à Formação de Estoques: tem a finalidade de apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar; 4ª Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite: finalidade de aumentar o consumo de leite por famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a produção leiteira de agricultores familiares; 5ª Compra Institucional: finalidade de garantir aos órgãos governamentais a possibilidade de fazer a compra com seus próprios recursos, dispensando licitação (CARTILHA DO PAA, 2012).

Para cada modalidade existe um limite de venda para cada agricultor(a) variando de R\$ 4.500,00 até R\$ 8.000,00 e um limite total, caso o agricultor acesse mais de uma modalidade de R\$ 24.000,00 por ano (CARTILHA PAA, 2012).

Em 2021, esta Lei foi modificada pela Lei 14.284 de 2021, chamado Programa Auxílio Brasil. Este programa visa promover a cidadania por meio da renda mínima fornecida aos seus beneficiários para superar as vulnerabilidades sociais das famílias.

Em 2023, o Programa foi relançado como PAA novamente. O valor do investimento foi de 500 milhões de reais e segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, os órgãos federais serão orientados a comprar pelo

menos 30% do valor dos alimentos da agricultura familiar. Além disso, a cota individual que os(as) agricultores(as) podem comercializar passou de 12 mil reais para 15 mil reais e a participação mínima das mulheres aumentou de 40% para 50% segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (PINENTEL, 2023).

Um outro exemplo de estratégia de comercialização que pode ser citado são as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). A CSA, é uma estratégia de comercialização que une o campo e a cidade, aproxima o produtor e o consumidor. Inclusive o(a) consumidor(a) é chamado(a) de co-produtor(a), pois ele(a) conhece quem produz seu alimento, sabe de onde vem e não paga pelo produto, mas sim pelo processo produtivo. O(A) co-produtor(a) investe na produção e por consequência recebe a cesta de verduras, legumes, frutas e outros (CSA BRASIL, 2015).

Os(as) co-produtores(as) são também responsáveis por organizar os aspectos práticos internos da associação formada, combinando local de entrega das cestas e toda a logística demandada, formas de melhorar a produção, intervenções educacionais na sociedade, formas de pagamento, etc (CSA BRASIL, 2015).

A definição de CSA segundo Mota et al (2021) é caracterizada por quatro pontos fundamentais. 1º: a garantia de acesso aos meios de produção necessários ao pleno viver da população atentando-se a saúde e ao ambiente; 2º: romper com as condições da agricultura industrial; 3º: gerar confiança, compreensão e valores responsáveis com quem planta; e 4º: construir um movimento que critica o sistema agroalimentar e propõem mudanças.

A ideia de CSA nasceu na Europa e no Japão, segundo Mota et al (2021), mas estes ressaltam que já existiam na Alemanha as cooperativas de consumo. Estas cooperativas podem ser consideradas o princípio das CSAs, mas em seu funcionamento os(as) produtores(as) recebem o preço normal pelo produto, dependendo do quê e de quanto vende será seu faturamento. Este tipo de organização social existe em várias partes do mundo e são uma forma que consumidores(as) encontraram de comprar determinados alimentos com preços melhores e fazer estoques pessoais de alimentos.

A CSA procura expandir este funcionamento, ela pode ser entendida para além de segurança com relação à qualidade nutricional do alimento e fornecimento constante, com menores variações de preço. Ela deve ser entendida como um movimento social. Como afirmar Peuker (2018, p. 178) citado por Mota et al (2021, p. 214) “a ideia central da CSA é criar uma base de confiança e cooperação entre consumidores e agricultores”.

Por fim, outro elemento muito importante recentemente foi a pandemia de COVID-19, onde fez com que as populações refletissem bastante sobre a necessidade de uma boa alimentação e sobre os circuitos curtos de comercialização ou circuitos de proximidade, ou seja, ter o alimento vindo de mais próximo e não depender tanto de uma logística muito complexa e cara.

Estas estratégias de comercialização apresentadas podem ser classificadas dentre os tipos de mercados propostos por Schneider (2016). O primeiro tipo que este autor trás são os mercados de proximidade que são “mercados que predominam relações de troca interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade” (SCHNEIDER, 2016, p. 122). Neste tipo de mercado, estes valores de troca são mais importantes do que o lucro em si. Este mercado normalmente acontece em povoados rurais e pequenas cidades e os canais de comercialização são: na propriedade; no domicílio; beira da estrada; entrega direta; feira local; e grupos de consumo (SCHNEIDER, 2016).

Schneider (2016) também trás a definição de mais três tipos de mercados. Importante pontuar aqui para que o entendimento de mercados de proximidade fique bem localizado. Estes três tipos de mercados são: mercados locais e territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais.

Nos mercados locais e territoriais, as trocas são “monetizadas e se configura uma situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda” (SCHNEIDER, 2016, p. 123). Continua havendo valores e elementos do mercado de proximidade, mas os(as) agricultores(as) passam a produzir para ganhar e isso configura uma economia mercantil simples. Aqui passa a existir um atravessador que se beneficia da comercialização. Neste aspecto os produtos passam a ter marcas de origem, indicações geográficas e podem surgir nichos de mercado específicos dependendo do produto. Entretanto, continuam havendo valores como reputação, confiança, honra, etc. que são importantes para os negócios. Os canais de comercialização neste caso são: feira regional ou nacional; redes de venda; restaurantes; sacolões; etc. (SCHNEIDER, 2016).

Já nos mercados convencionais há o controle da comercialização por poderosos agentes privados que, segundo Schneider (2016), realizam negócios dos mais diversos níveis e modos, vendendo e comprando os produtos agrícolas. Este tipo de mercado dispensa a necessidade de um lugar físico, há esferas de distribuição e de circulação nacionais e globais e os agricultores são altamente dependentes de contratos e financiamentos, principalmente aqueles que produzem *commodities*. Os canais de

comercialização são: atravessadores; cooperativas; agroindústrias, supermercados; etc. (SCHNEIDER, 2016).

Por fim, os mercados públicos e institucionais são mercados que a agricultura familiar vem se inserindo, pois é um espaço de troca em que o principal regulador é o Estado ou algum organismo público ou uma organização pública. Uma característica importante dele é que são fortemente dirigidos pela demanda e em geral são as demandas de alimentação escolar, cestas básicas, hospitais e outros. Exemplos de canais de comercialização são: alimentação escolar; *fair trade*; hospitais; universidades; estoques do governo; etc. (SCHNEIDER, 2016).

### **3. OBJETIVO GERAL**

Compreender quais tipos de mercados e quais políticas públicas ligadas à agroecologia são acessadas pelas Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

### **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

4.1 Identificar o perfil das OCSs a partir da história de origem, número de integrantes e produtos comercializados;

4.2 Apresentar as políticas públicas acessadas pelas OCSs que se relacionam ao fomento do agroecologia e discutir aspectos positivos e negativos das mesmas;

4.3 Descrever os tipos de mercados acessados pelas OCSs, buscando analisar potencialidades e dificuldades de cada um deles.

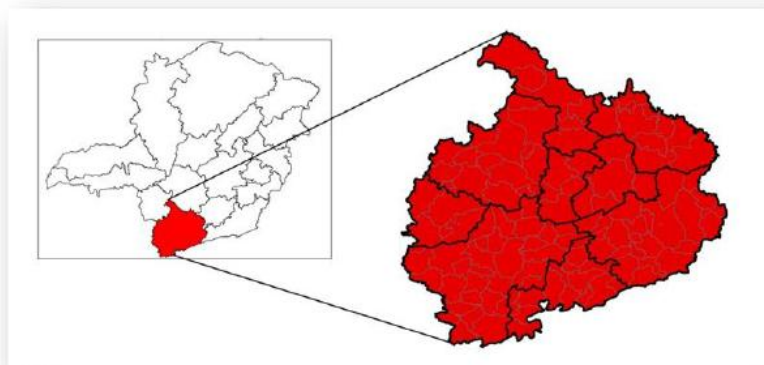
### **5. METODOLOGIA**

#### **5.1. Caracterização da Região de Estudo**

O Polo Agroecológico foi instituído pelo Projeto de lei número 23.939 de 23/06/2021 e neste projeto foram definidas ações de promoção da agroecologia nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Para o presente estudo foi definida a região Sul do estado de Minas. Essa região foi delimitada no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, plano de 2016 a 2027 (MINAS GERIAS, 2015).

A região Sul de Minas pode ser observada na Figura 3. Ela é uma região com 119 municípios, pouco mais de dois milhões de habitantes e uma área que corresponde a 4,5% de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015).

Figura 3: Localização da região Sul de Minas Gerais.



Fonte: (MINAS GERAIS, 2015, p. 264).

Os municípios mais populosos são Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha. A população rural representa 18,56% do total da população desta região e ela faz fronteira com as regiões Sudoeste, Vertentes, Oeste e Mata no estado de Minas Gerais e faz divisa com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No Quadro 2 estão descritas as cidades e as microrregiões da região Sul de Minas Gerais.

Quadro 2: Microrregiões e Municípios da região Sul de Minas Gerais.

MUNICÍPIO	MICRO TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	MICRO TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	MICRO TERRITÓRIO
ALFENAS	ALFENAS	ALBERTINA	POUSO ALEGRE	AIURUOCA	SÃO LOURENÇO
AREADO		BOM REPOUSO		ALAGOA	
BANDEIRA DO SUL		BORDA DA MATA		BAEPENDI	
BOTELHOS		BUENO BRANDÃO		CARMO DE MINAS	
CABO VERDE		CACHOEIRA DE MINAS		CARVALHOS	
CAMPESTRE		CAMANDUCAIA		CAXAMBU	
CAMPO DO MEIO		CAMBUÍ		CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	
CAMPOS GERAIS		CAREAÇU		CRISTINA	
CARVALHÓPOLIS		CONCEIÇÃO DOS OUROS		CRUZÍLIA	
DIVISA NOVA		CONGONHAL		DOM VIÇOSO	
FAMA		CÓRREGO DO BOM JESUS		ITAMONTE	
MACHADO		ESPÍRITO SANTO DO DOURADO		ITANHANDU	
PARAGUAÇU		ESTIVA		JESUÂNIA	
POÇO FUNDO		EXTREMA		LAMBARI	
SERRANIA		HELIODORA		MINDURI	
BRASÓPOLIS		INCONFIDENTES		OLÍMPIO NORONHA	
CONCEIÇÃO DAS PEDRAS		IPIJUBA		PASSA QUATRO	
CONSOLAÇÃO		ITAPEVA		POUSO ALTO	
DELFIN MOREIRA		JACUTINGA		SÃO LOURENÇO	
GONÇALVES		MONTE SIÃO		SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	
ITAJUBÁ	MUNHOZ	SERITINGA	TRÊS PONTAS		
MARIA DA FÉ	NATERCIA	SERRANOS			
MARMELÓPOLIS	OURO FINO	SOLEDADE DE MINAS			
PARAISÓPOLIS	POUSO ALEGRE	VIRGÍNIA			
PEDRALVA	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	BOA ESPERANÇA			
PIRANGUÇU	SÃO JOÃO DA MATA	COQUEIRAL			
PIRANGUINHO	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	GUAPÉ			
SÃO JOSÉ DO ALEGRE	SENADOR AMARAL	ILICÍNEA			
SAPUCAÍ-MIRIM	SENADOR JOSÉ BENTO	SANTANA DA VARGEM			
WENCESLAU BRAZ	SILVIANÓPOLIS	TRÊS PONTAS			
ANDRADAS	TOCOS DO MOJI	CARRANCAS	LAVRAS		
CALDAS	TOLEDO	IJACI			
IBITIÚRA DE MINAS	TURVOLÂNDIA	INGAÍ			
POÇOS DE CALDAS	CORDISLÂNDIA	ITUMIRIM			
SANTA RITA DE CALDAS	ELÓI MENDES	ITUTINGA			
CAMBUQUIRA	MONSENHOR PAULO	LAVRAS			
CAMPANHA	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	LUMINÁRIAS			
CARMO DA CACHOEIRA	VARGINHA	NEPOMUCENO			
SÃO BENTO ABADE		PERDÕES			
SÃO THOMÉ DAS LETRAS		RIBEIRÃO VERMELHO			
TRÊS CORAÇÕES					

Fonte: (MINAS GERAIS, 2015, p. 264).

O relevo é bastante acidentado, com altitudes elevadas, clima ameno e distribuição regular de chuvas proporcionando um ambiente favorável à atividade agrícola praticada por pequenos produtores para fins empresariais (MINAS GERAIS, 2015).

Observando a economia, a região Sul é a segunda em maior relevância do setor agropecuário, seus principais produtos são café, leite e batata comum, além de ser o maior produtor de lavouras permanentes e pecuária no estado (MINAS GERAIS, 2015).

Além da questão agrícola, outro setor que se destaca é o de turismo, onde 77,3% dos municípios estão associados a circuitos como Estrada Real, Circuito Serras Verdes do Sul de Minas, Terras Altas da Mantiqueira, Trilha dos Inconfidentes, Caminhos do Sul de Minas e Águas e vários outros (MINAS GERAIS, 2015).

## 5.2. Sujeitos da Pesquisa



O projeto descrito visou analisar todas as Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas, sendo ao todo 9 organizações. Estas organizações são registradas no Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), mas neste estudo os nomes e contatos das OCSs do Sul de Minas foram obtidos por meio da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM) e junto ao Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), pois trabalham diretamente com elas.

Como explicado na introdução, estas organizações foram pesquisadas devido a uma demanda do PAPOSSM de sistematização e diagnóstico destas, pois não há estudos feitos pelo movimento agroecológico do Sul de Minas com as mesmas. Além disso, muitas das OCSs iniciaram sua trajetória na agroecologia e produção orgânica há pouco tempo e necessitam de maior atenção e apoio na transição agroecológica. A lista das OCSs identificadas encontra-se no Quadro 3.

Quadro 3: Organizações de Controle Social (OCSs) identificadas e as respectivas cidades que atuam no Sul de Minas.

OCS	Cidades	Nº de membros(as)
Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL)	Lavras e Bom Sucesso	6
Associação dos Produtores Rurais de São Bento Abade (APRUSBA)	São Bento Abade	8
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	Caxambu, Baependi	4
Agricultores Familiares Agroecológicos de Baependi (AFAB)	Baependi	3
Orgânicos Itanhandu	Itanhandu	11
Peroba	Itajubá	16
Itajubá 1	Itajubá	4
Grupo Antunes	Piranguçu	7
Orgânicos Poços de Caldas	Poços de Caldas, Caldas e Campestre	9

Fonte: do autor (2023).

### 5.3. Coleta de dados

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa, que é o tipo de pesquisa que lida com interpretações das realidades sociais, textos científicos e

documentais e entrevistas em profundidade (BAUER, 2002). Ela foi realizada coletando informações por meio de revisão bibliográfica e em entrevistas semi-estruturadas.

A revisão bibliográfica foi feita em artigos e livros científicos (GIL, 2008). Foram realizados estudos de textos publicados por pesquisadores(as), organizações governamentais e não governamentais e movimento agroecológico sobre as temáticas de agroecologia, políticas públicas e comercialização. Estes textos foram necessários para dar sustentação teórico-metodológica ao trabalho e foram obtidos através das plataformas scielo, portal de periódicos da capes, google acadêmico, além de livros científicos impressos.

Para coleta dos dados em campo foi desenvolvido o roteiro de entrevista semi-estruturado disponível no APÊNDICE A. Desta forma, foi possível dialogar com mais liberdade dentre os temas pesquisados e ir além das respostas que são dadas às perguntas. Nela define-se os temas geradores e as perguntas que irão conduzir o pesquisador em um diálogo com o(a) entrevistado(a) (MAY, 2004).

Antes da realização destas entrevistas, o projeto passou pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras (UFLA), pois é necessário para coleta de dados com seres humanos e foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no APÊNDICE B. Após essa aprovação seguiu-se com as entrevistas. Foram realizadas 10 entrevistas, onde participaram 13 pessoas das 9 organizações, com uma duração de 1 hora e meia em média cada uma delas e o áudio das entrevistas foi gravado.

No Quadro 4 estão descritas a função da pessoa dentro da OCS, a quantidade de pessoas entrevistadas em cada OCS e o local onde as entrevistas foram realizadas. A escolha das pessoas entrevistadas se deu pela indicação da Coordenação do Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, por lideranças do movimento agroecológico do Sul de Minas, pelos próprios agricultores das OCSs e pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) envolvidos no trabalho com estas OCSs.

Quadro 4: Pessoas entrevistadas, sua função na organização, quantidade e onde foram feitas cada entrevista de cada OCS.

OCS	Função na organização	Pessoas entrevistadas	Onde foram realizadas
ACCAL	Coordenadora	1	Propriedade Agricultora
APRUSBA	Membro	1	Propriedade Agricultora

Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	Coordenadores	2	Propriedade Agricultor(a)
AFAB	Coordenador	1	Propriedade da Agricultor
Orgânicos Itanhandu	Apoiador técnico	1	Local de Trabalho na cidade
Peroba	Coordenadores	2	Propriedade Agricultor(a)
Itajubá 1	Coordenadores	1	Propriedade Agricultor
Grupo Antunes	Secretária	1	Propriedade Agrícola
Orgânicos Poços de Caldas	Coordenadores, Técnico da Emater- MG	3	Sede da Emater

---

Fonte: do autor (2023).

As pessoas indicadas são lideranças dentro de cada OCSs do Sul de Minas, coordenadores(as), apoiador técnico, membro, secretária e técnico da Emater-MG. O objetivo das entrevistas foi levantar informações acerca de seu funcionamento, com foco na atuação destas em termos de agroecologia e nas experiências de comercialização e participação em políticas públicas por elas desenvolvidas.

Por fim, chegou-se ao objetivo de identificar e refletir sobre o funcionamento das OCSs em termos de agroecologia com foco no acesso aos mercados e às políticas públicas.

#### **5.4. Metodologia de Análise de Dados**

A metodologia para análise de dados foi feita por meio da análise descritiva. Segundo Gil (2008) a pesquisa descritiva têm como objetivo descrever as características de um fenômeno e estudá-lo a fim de interpretá-lo.

O áudio das entrevistas foi ouvido e o pesquisador fez anotações dos elementos importantes a serem tratados. Estes dados se uniram com as anotações feitas em loco, no momento da entrevista.

Estas anotações foram transcritas para o computador e organizadas, estudadas e analisadas. Para facilitar a visualização de diversas informações foram feitas tabelas, gráficos, figuras e quadros dependendo da necessidade e possibilidade apresentada pelos próprios dados.

A exploração deste material foi uma fase longa que teve como objetivo organizá-los e encontrar elementos de análise, o que possibilitou reflexões em torno dos dados coletados.

Estas interpretações tiveram como pano de fundo as questões que instigaram este trabalho e os objetivos gerais e específicos propostos, assim provocaram reflexões e aprendizados acerca da realidade estudada (HOLLIDAY, 2006).

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **6.1. Perfil das OCSs do Sul de Minas**

As OCSs do Sul de Minas possuem semelhanças com relação ao seu perfil. Nos próximos nove parágrafos há uma breve descrição de cada OCS do Sul de Minas para que o leitor possa visualizá-las e se familiarizar com cada uma delas.

A OCS ACCAL foi oficializada em dezembro de 2020, mas seu processo surgiu da Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL), uma associação fundamentada em princípios agroecológicos desde o ano de 2018. Desde sua criação foram desenvolvidos trabalhos em torno da agroecologia para a realização da transição agroecológica e orgânica dos(as) membros(as). As produções são de hortifruti, cogumelos e café. Nela, os(as) agricultores(as) se dividiram para buscar formas de fazer a transição para o orgânico e também de certificação, por isso os(as) agricultores(as) produtores(as) de café buscaram a certificação junto à Cooperativa dos Produtores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM) e os(as) produtores(as) de hortifruti e cogumelos procuraram a certificação via OCS. Isso foi muito importante, pois o grupo se motivou e se ajudou no processo. Atualmente, os(as) produtores(as) de café saíram da ACCAL para focar somente nos trabalhos junto à COOPFAM e a partir de então a associação direcionou-se exclusivamente para os(as) produtores(as) de hortifruti e cogumelos, e para o processo de geração de credibilidade e confiança por meio da OCS juntamente com o fornecimento de cerca de 40 cestas semanais para a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Horta Pro Nobis, um grupo de consumo da cidade de Lavras. Na Figura 4 tem-se a logo da ACCAL.

Figura 4: Logo da Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL).



Fonte: arquivo pessoal de Maria Fátima.

A OCS APRUSBA surgiu a partir da Associação dos Produtores Rurais de São Bento Abade (APRUSBA), uma associação de produtores convencionais de hortifrutí da cidade de São Bento Abade. A OCS foi construída a partir do estímulo de um técnico da Emater com um grupo de agricultores(as) desta associação. Este grupo passou a entregar alimentos para as escolas da cidade pelo PNAE no ano de 2019, ano de fundação, mas segundo a entrevista apontou somente em 2022 iniciou-se o pagamento dos alimentos referente ao preço de orgânico. É uma OCS formada por oito integrantes, onde todos possuem outra atividade como fonte de renda complementar, o grupo paga uma taxa mensal de R\$15,00 por integrante para os impostos e é uma OCS recente e com potencial de expandir mercados.

A OCS Grupo de Agroecologia de Caxambu e Baependi possui uma história longa. Seu processo de construção se iniciou em 2012 e após superar muitos desafios foi oficializada em 2013 passando então a construir a feira na Praça 16 de Setembro na cidade de Caxambu. Como é uma região turística e esta praça é tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a feira atendia principalmente ao turista, por isso os alimentos orgânicos e os produtos processados feitos tinham uma boa visibilidade. A partir da gestão municipal de 2017 a 2020 houve dificuldades com relação a outros feirantes que começaram a participar da feira, mas não contribuíam com sua organização e padrão de qualidade. Também houve dificuldades com a prefeitura que dispensou o técnico da Emater, transferido para Baependi, e que não pode acompanhar os trabalhos do grupo e apoiar na relação com o poder municipal. Os desafios desmobilizaram o grupo que parou de se reunir e de fazer as visitas de verificação. Com o início da pandemia essa desmobilização se agravou levando a saída de vários(as) integrantes. Hoje esta OCS conta com quatro integrantes, não há

pagamento mensal para o grupo, quando é necessário algum gasto com impostos, isso é feito individualmente.

A OCS Agricultores Familiares Agroecológicos de Baependi (AFAB) foi formada pelo incentivo do mesmo técnico da Emater vindo de Caxambu. Este técnico ajudou na organização das compras coletivas de mudas, sementes e insumos para o grupo. Esta OCS se iniciou oficialmente em 2019 e contava com 3 produtores de café e 1 de lúpulo. Foi identificada uma valorização dos produtos da OCS visto que os cafés são premiados em concursos nacionais de qualidade de café, possuem marca própria, mas não foi identificada uma proximidade com o consumidor. Não há pagamento mensal e foi detectada uma dependência do técnico da Emater para os processos burocráticos necessários para o funcionamento da OCS. Além disso, o grupo possui um perfil voltado para a certificação via Sistema Participativo de Garantia (SPG), onde os cafés poderiam acessar melhores mercados, mas isso não foi uma vontade do grupo, pois os procedimentos administrativos já difíceis de serem realizadas iriam aumentar, segundo o entrevistado. Alguns integrantes do grupo trabalham em outras atividades para complementar a renda. Por fim, alguns meses após a realização da entrevista esta OCS se desfez e já não consta no cadastro do MAPA.

A OCS Orgânicos Itanhandu é formada por agricultores familiares envolvidos nos circuitos turísticos da região e suas principais produções são frutas (pêssego principalmente, manga, amora arbustiva e de árvore e maçã). Suas propriedades são próximas, por isso as visitas de pares são facilitadas e as reuniões são feitas nesses momentos. Há uma mensalidade de R\$50,00 para cada integrante e este valor é utilizado para compra de insumos, impressão de matérias para comunicação com o público, confecção de camisetas e outros investimentos para promover a organização. Este recurso também é utilizado em combustível para viagens e contam com o apoio da prefeitura que normalmente disponibiliza um veículo. A OCS participa de eventos de formação organizados pela Emater e também das Festas do Milho e da Pamonha. Esta OCS migrou para o SPG em dezembro de 2022 e foi possível observar que o grupo é bastante organizado e está conquistando novos mercados e possibilitando melhores retornos para os membros devido à valorização de seus produtos. A seguir, na Figura 5 encontra-se a logo da Orgânicos Itanhandu.

Figura 5: Logo da Orgânicos Itanhandu.



Fonte: Arquivo pessoal de Valdir Leite.

A OCS Peroba trabalha com hortaliças, legumes e frutas da época, está localizada na cidade de Itajubá, no bairro rural chamado Peroba. É um grupo que se iniciou a partir da Associação dos Produtores Rurais de Itajubá e Região (APRIR) e com o apoio de um técnico da Emater formou-se a OCS. É a maior OCS em número de integrantes, são 16, e sua fundação ocorreu em 2015, por isso tem uma trajetória longa dentre as OCSs do Sul de Minas. Uma característica interessante que a distingue das demais é que é a única que possui sede física, que é a escola desativada do bairro rural chamado Peroba onde as famílias vivem. Possuem um gasto de 10 reais por nota fiscal tirada pago ao contador, além disso, descontam 5% de tudo que vendem para o caixa do grupo. Esse dinheiro é revertido em equipamentos, instrutores e materiais de estudo. Coletivamente fazem a compra de esterco, mas cada um faz sua própria muda. É uma OCS que acessa políticas públicas e possui apoio das Universidades Federais de Itajubá e de Alfenas, além do apoio da Prefeitura, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INTECOOP) e do Núcleo Travessia, ou seja, é um grupo que acessa muitos canais de apoio na cidade de Itajubá e que procura se desenvolver de forma sustentável no ambiente rural. Outro aspecto importante identificado é que a maioria dos(as) integrantes possuem laços de parentesco. Foi observado ser uma OCS composta por agricultores(as) familiares que possuem raízes rurais bastante marcantes e também que é uma OCS bastante ativa e organizada se mostrando uma referência em OCSs no Sul de Minas. A seguir, na Figura 6 segue a logo da OCS Peroba.

Figura 6: Logo da OCS Peroba.



Fonte: Arquivo pessoal de Ednilson Peroba.

A OCS Itajubá 1 também se localiza no município de Itajubá, assim como a OCS Peroba, mas é uma OCS mais recente (2018) e menor em número de integrantes, quatro. As produções são de hortifruti e algumas culturas que se destacam como banana, tomate cereja, inhame, laranja e ponkan. É uma OCS composta por agricultores familiares, mas um deles é também formado em administração e está investindo em um restaurante para escoar parte de sua produção. Diferente da OCS Peroba, em que os integrantes moram no mesmo bairro rural, os membros da OCS Itajubá 1 moram em bairros diferentes e distantes que são Marins, Rio Manso e Aiumas. Isso dificulta os encontros e as reuniões. É um grupo que não possui empregados (nenhuma OCS pesquisada possui empregados).

A OCS Grupo Antunes se encontra na cidade de Piranguçu e é uma das mais antigas, foi oficializada em 2015 com o objetivo de participar da Feira Agroecológica e Cultural de Itajubá (FACI) em Itajubá. Devido à proximidade entre as cidades é possível que ocorra essas participações. E também para fornecer os produtos para o PNAE. É um grupo informal e não possui sede física. Recebem o apoio da Emater quando necessário e o grupo paga um valor para estar na feira que é destinado para apresentações artísticas. Os produtos da OCS comercializados são banana in natura, banana desidratada e farinha de banana verde. Estes produtos processados são vendidos principalmente em eventos. Para o consumo próprio produzem hortifruti. Assim como outras cidades que possuem OCSs no Sul de Minas, Piranguçu também é uma cidade com grande potencial turístico. A OCS não compra nem vende produtos coletivamente e há uma dificuldade de aceitação e valorização dos produtos processados feitos a base de banana, pois os(as) consumidores(as) desconhecem seus benefícios para saúde.



A OCS Orgânicos Poços de Caldas é uma OCS recente, oficializada em 2020, mas o processo de organização e articulação dos agricultores orgânicos da região se iniciou em 2014 através do café orgânico. Atualmente é uma organização que trabalha somente com hortifruti, acessando os mercados institucionais e atuando na feira. Os agricultores da OCS também fazem parte da Cooperativa da Agricultura Familiar de Poços de Caldas e Região (AGRIPOÇOS), registrada legalmente. A OCS não possui sede física, não paga um valor mensal e os gastos de cada integrante são independentes. Como o município de Poços de Caldas é turístico, a possibilidade de uma feira orgânica poderia ser vantajosa, mas ainda não existe. Porém, há uma feira comum que a OCS participa e faz a divulgação de seus produtos e de seu trabalho. A organização possui material de divulgação e recebe a visitação dos(as) escolares do município. A região de Poços de Caldas é uma região historicamente ocupada por grandes proprietários de terra desde a época da coroa, cerca de 95% do território é ocupado por fazendas de grande extensão pertencentes a poucas famílias. Essa realidade dificulta o apoio do poder público e dificulta a articulação de agricultores familiares que ficam oprimidos pelo agronegócio local.

Com base nos dados levantados foi possível elaborar a Tabela 1 sobre ano de fundação, o Gráfico 1 sobre a quantidade de OCSs formadas em cada ano e o Gráfico 2 sobre o número de membros(as) em cada OCS.

As OCSs do Sul de Minas começaram a ser incentivadas em 2012 e a primeira a ser oficializada na região Sul de Minas foi a OCS Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi. Importante ser dito que todas estas organizações iniciaram sua mobilização e articulação alguns anos antes, com o intuito de se fortalecerem e procurarem novos mercados e a OCS foi uma forma de dar credibilidade ao alimento orgânico que estavam produzindo. Na Tabela 1 está descrito o ano de oficialização de cada OCS do Sul de Minas.

Tabela 1: Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais e seu ano de oficialização.

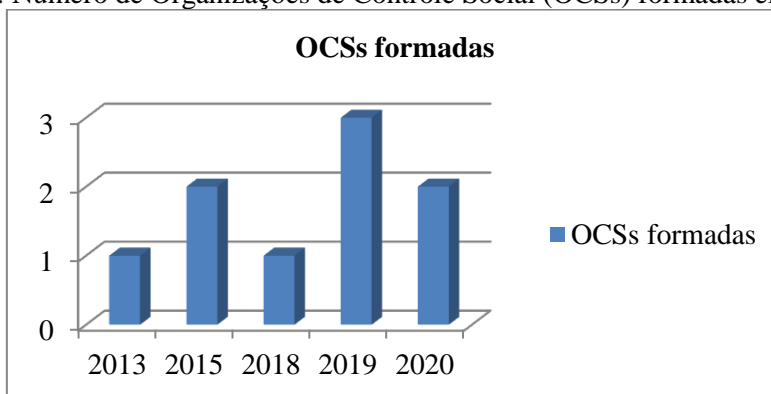
OCS	Início
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	2013
Grupo Antunes	2015
Peroba	2015
Itajubá 1	2018
Orgânicos Itanhandu	2019
AFAB	2019

APRUSBA	2019
ACCAL	2020
Orgânicos Poços de Caldas	2020

Fonte: do autor (2023).

No intuito de evidenciar a oficialização mais intensa das OCSs no período mais recente, 2019 e 2020, foi organizado estes dados na forma do Gráfico 1.

Gráfico 1: Número de Organizações de Controle Social (OCSs) formadas em cada ano.

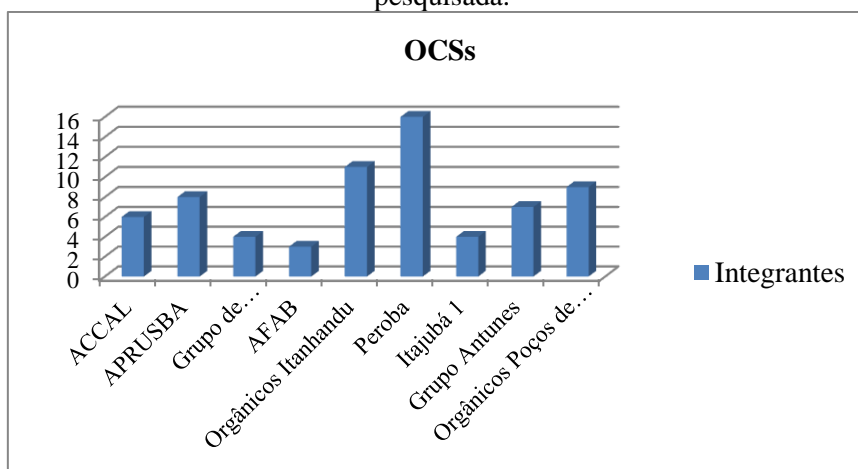


Fonte: do autor (2023).

Isto se deve a um esforço de longa data das instituições para organizarem as associações e os grupos na forma de produção orgânica e nos anos de 2019 e 2020 se intensificou, com o começo da Pandemia do Corona Vírus isso foi interrompido.

No Gráfico 2 pode-se observar a quantidade de integrantes em cada OCS pesquisada.

Gráfico 2: Quantidade de membros(as) em cada Organização de Controle Social (OCS) pesquisada.



Fonte: do autor (2023).

O número de integrantes de cada OCS indica o potencial organizativo e produtivo de cada uma delas e também é um fator que ajuda a entender um pouco mais sobre os perfis. A OCS com mais integrantes é a OCS Peroba, em Itajubá, esta OCS é formada por agricultores(as) familiares quase sempre com algum grau de parentesco e também moradores(as) do mesmo bairro rural da cidade, que inclusive se chama Peroba. Portanto, neste contexto, foi possível organizar uma OCS com um número maior de integrantes. Na mesma cidade, Itajubá, existe também a OCS Itajubá 1, com um número bem menor de integrantes, neste caso existe na OCS moradores de três bairros diferentes e longes uns dos outros, dificultando sua articulação e seu crescimento.

A Assistência Técnica e Parcerias que apoiam as famílias agricultoras nos desafios do dia a dia com relação à produção e à comercialização foram sistematizadas no Quadro 5.

Quadro 5: Organizações que atuam como Assistência Técnica e como Parcerias dos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

OCS	Assistência Técnica e Parcerias
ACCAL	CSA Horta Pro Nobis, Apoiadores técnicos da ACCAL, Núcleo de Estudos em Agroecologia Yebá e Universidade Federal de Lavras
APRUSBA	Emater-MG, Prefeitura de São Bento Abade
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	não há
AFAB	Emater-MG, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
Orgânicos Itanhandu	Emater-MG, Apoiador técnico
Peroba	Emater-MG, Prefeitura de Itajubá, Núcleo de Estudos Travessia, Universidade Federal de Itajubá, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
Itajubá 1	Emater-MG, Prefeitura de Itajubá, Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé, OCS Peroba
Grupo Antunes	Emater-MG
Orgânicos Poços de Caldas	Emater-MG, Instituto Federal do Sul de Minas Campus Poços de Caldas

Fonte: do autor (2023).

A principal organização que presta Assistência Técnica para as OCSs do Sul de Minas é a Emater-MG que atua de forma decisiva em quase todas OCSs. Sua atuação está vinculada ao apoio desde a construção e organização das OCSs nos aspectos produtivos das propriedades e na comercialização, quando se trata principalmente dos mercados institucionais e das feiras. Durante as entrevistas, os(as) agricultores(as) sempre falaram muito bem da atuação junto a Emater-MG e no quanto apoiou e vem

apoiando cada uma delas. Na OCS Itajubá 1, por exemplo, a Emater organiza o curso de reciclagem anual sobre agricultura orgânica e durante a pandemia realizou o curso de forma online.

A Assistência Técnica fornecida pela Prefeitura através das Secretarias de Agricultura também possuem um papel relevante para construção das OCSs no Sul de Minas. Seu trabalho de formação foi mencionado, organizando cursos, capacitações e dias de campo, muitas vezes em parceria com a Emater do município. Através das Secretarias de Agricultura há profissionais técnicos(as) para fazerem o acompanhamento e implementação das políticas públicas municipais.

Os apoiadores técnicos são também importantes, são profissionais formados em cursos técnicos ou cursos de graduação que dedicam parte do seu tempo de trabalho com as demandas da organização. Podem ser também agricultores, estudantes e professores. Esta atuação pode ser de cunho produtivo, burocrático, organizativo, motivador e formador. Estes(as) apoiadores(as) técnicos(as) quase sempre trabalham em parceria com os núcleos de estudo das Universidades ou Institutos Federais e/ou com ONGs de cada local.

Na cidade de Lavras tem-se um bom exemplo a ser mencionado. O Núcleo de Estudos em Agroecologia Yebá (Yebá) é um apoiador da OCS ACCAL e em parceria com a ONG Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Horta Pro Nóbis, um coletivo de consumo, apoia na produção e comercialização da OCS. Há profissionais e estudantes envolvidos(as) nestas organizações direta e indiretamente. Forma-se aí um movimento local em torno da agroecologia e da agricultura familiar de base agroecológica e orgânica. Tais atores e atrizes são parceiros(as), amigos(as) e consumidores(as) dos(as) agricultores(as). Algo muito interessante em Lavras é que OCS ACCAL, CSA e Yebá organizam mutirões de manejo nas hortas dos(as) agricultores(as). Estes momentos são importantes para que os(as) consumidores(as) conheçam como os alimentos são produzidos e que ocorram trocas de experiências entre todos(as) envolvidos(as) sobre o melhor manejo de cada espaço produtivo das propriedades campesinas.

Outra situação semelhante e bastante interessante é o exemplo da OCS Peroba em Itajubá onde existe o Núcleo de Estudos Travessia da Unifei (Universidade Federal de Itajubá) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop) que apoiam os(as) agricultores(as) da OCS em diversos aspectos, como o produtivo, o organizativo e o formativo. Estas parcerias foram muito importantes para que o grupo se

consolidasse e se fortalecesse. Além dessas duas parcerias, lá a OCS também conta com a Emater-MG e com a Secretaria de Agricultura da Prefeitura, dentre as atividades realizadas ocorrem cursos de formação e dias de campo, além da assistência técnica.

As parcerias entre as organizações também são importantes, na OCS Itajubá 1 há a participação em eventos junto com as organizações próximas, como OCS Peroba e a Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé (APAN-FÉ), mas não há parcerias sólidas, segundo o entrevistado. Nesta parceria existe o repasse de produtos para serem comercializados na feira orgânica.

Portanto é possível observar que existem diversas entidades e organizações apoiando diretamente e indiretamente as OCSs do Sul de Minas. Isto é muito relevante, pois mostra a importância que elas têm para o desenvolvimento rural no território.

Por fim, foi possível observar em todas as entrevistas que as OCSs se preocupam com a saúde e com o ambiente, por isso optaram pela agricultura orgânica.

## 6.2. Políticas Públicas

As políticas públicas, como foram ditas, são extremamente importantes para o desenvolvimento rural sustentável, principalmente para a agricultura familiar orgânica e agroecológica. No Quadro 6 estão apresentadas quais políticas públicas são acessadas por cada OCS do Sul de Minas.

Quadro 6: Políticas públicas acessadas pelos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

OCS	Pronaf Agroecologia	Pronaf	PAA	PNAE Estadual	PNAE Municipal	Outra
ACCAL		x	x	x	x	
APRUSBA				x	x	
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi				x	x	
AFAB						
Orgânicos Itanhandu				x	x	
Peroba		x		x	x	
Itajubá 1		x			x	x*
Grupo Antunes					x	
Orgânicos Poços de Caldas		x	x	x	x	

\*doação de insumos e horas máquina pela Prefeitura

Fonte: do autor (2023).

Como podem ser observadas no Quadro 6, as principais políticas públicas acessadas são o PNAE Municipal e o PNAE Estadual. Isso se mostra coerente, visto que as entrevistas indicaram que a formação das OCSs tiveram dois motivos principais, o registro junto ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) para dar credibilidade às suas produções orgânicas e a organização para acessar os mercados institucionais.

As dificuldades encontradas para o acesso ao PNAE Municipal foram: a má gestão por parte da prefeitura; o não cumprimento do contrato; os atrasos em pegar os alimentos; os atrasos para pagamento, gerando instabilidade na renda; a relação com os nutricionistas da prefeitura, que muitas vezes não são sensíveis à realidade da agricultura familiar; as variações no preço; os tramites burocráticos; os conflitos de interesse entre organizações que acessam o programa.

E as potencialidades são a venda garantida; o planejamento do plantio; e a melhora na renda das famílias, apesar de que foi identificado nas entrevistas que normalmente as Prefeituras atrasam para pagar aos(as) agricultores(as) os alimentos comprados. No caso do PNAE Estadual, a relação é direta com as diretorias das escolas o que facilita os pagamentos e gera melhor estabilidade na renda das famílias.

Para ajudar na discussão sobre o PNAE, foram coletadas informações sobre a quantidade de alimentos comprados pela prefeitura, vinda da agricultura familiar nos municípios onde atuam os Organismos de Controle Social (OCSs) nos anos de 2018 a 2021. Foi possível fazer um paralelo com os dados apresentados anteriormente.

Os dados foram coletados pelo Sistema de Gestão e Prestação de Contas Online (SIGPC) e foram organizados na Tabela 1, onde é possível observar que existem alguns municípios que se destacam na compra de alimentos da Agricultura Familiar, como é o caso de Caxambu. Entre os anos de 2018 a 2021 esse foi o município que mais comprou, mas neste mesmo município, observando o Quadro 7, vê-se que não houve compra de alimentos orgânicos. Isso pode ser explicado pela ausência de sensibilidade com a pauta da alimentação saudável e sustentável, a falta de empenho em colocar mais recursos para a aquisição de orgânicos, entre outros.

A seguir encontra-se a Tabela 2 mostrando a porcentagem de compra dos alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios que contêm as OCSs do Sul de Minas Gerais.

Tabela 2: Porcentual (%) da compra de alimentos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas cidades que contêm agricultores das OCSs.

OCS	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Lavras	5,4	16,4	9,2	2,6
Bom Sucesso	72,6	42,0	30,5	64,1
São Bento Abade	51,7	41,9	0,0	0,0
Caxambu	66,8	72,4	48,8	74,0
Baependi	33,5	19,5	31,7	25,6
Itanhandu	28,1	44,2	21,8	34,8
Itajubá	38,3	65,7	26,9	0,1
Piranguçu	56,2	46,6	30,7	46,0
Poços de Caldas	52,8	51,1	0,0	22,3
Caldas	31,9	27,7	49,0	47,7
Campestre	54,6	45,4	14,8	60,5

Fonte: FONSECA, ASSIS (2023).

É possível observar pela Tabela 2 que de forma geral no ano de 2020 todas compras diminuíram, somente o município Caldas aumentou acima do que vinha comprando nos anos de 2018 e 2019. Essa queda na porcentagem de compras da agricultura familiar pode ser explicada devido ao início da Pandemia do Corona Vírus, pois quando se iniciou a Pandemia, com a recomendação do isolamento social, as escolas dispensaram os(as) estudantes e ficaram fechadas por vários meses, suspendendo assim a compra dos alimentos. Posteriormente, as Prefeituras iniciaram a retomada das compras dos alimentos para fornecer às famílias com maior vulnerabilidade, visto que é um direito e que os(as) escolares filhos(as) destas famílias eram dependentes da alimentação escolar para sua nutrição básica.

Algumas prefeituras se atentaram a comprar os alimentos da agricultura familiar e fornecer às famílias, mas outras prefeituras não, como são os casos de Itajubá e Lavras que continuaram diminuindo o valor da compra em 2020 e 2021. O pior caso é de São Bento Abade que zerou sua compra em 2020 e 2021. No caso de Poços de Caldas, outro município que zerou a compra em 2020, recuperou parte da compra em 2021, mas ainda distante do que vinha comprando em anos anteriores. Portanto, não houve compra de alimentos provenientes da agricultura familiar segundo o site do FNDE, no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC).

Já os municípios Bom Sucesso, Caxambu, Itanhandu, Piranguçu e Campestre aumentaram as compras da agricultura familiar de 2020 para 2021.

Para relacionar com estes dados e com a realidade das OCSs organizou-se o Quadro 7 mostrando quais dentre estes mesmos municípios compraram alimentos

orgânicos para o PNAE, sejam estes alimentos provenientes das OCSs ou de outra forma de certificação orgânica. No Quadro 7, portanto, está colocado se o município comprou (sim) ou (não) alimentos orgânicos. Pelo site do FNDE não é possível saber a quantidade que comprou, e somente na ficha de Bom Sucesso em 2020 não há resposta.

Quadro 7: Resposta (sim ou não) se houve compra de alimentos orgânicos pelo PNAE nas cidades onde contém OCSs

OCS	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Lavras	Não	Sim	Sim	Não
Bom Sucesso	Sim	Sim	sem resposta	Sim
São Bento Abade	Sim	Sim	Não	Sim
Caxambu	Não	Não	Não	Não
Baependi	Não	Não	Não	Não
Itanhandu	Não	Não	Não	Não
Itajubá	Sim	Sim	Sim	Sim
Piranguçu	Não	Não	Não	Sim
Poços de Caldas	Não	Não	Não	Não
Caldas	Sim	Sim	Sim	Não
Campestre	Não	Não	Não	Não

Fonte: FONSECA, ASSIS, 2023.

Com relação ao município de Caxambu, em que houve as maiores compras em porcentagem da agricultura familiar, pode-se observar que não houve de 2018 a 2021 compras de alimentos orgânicos. Nos municípios de Baependi, Itanhandu, Poços de Caldas e Campestre também não houve compra de alimentos orgânicos neste período.

Refletindo com base no perfil das OCSs apresentados na sessão 7.1, é possível compreender que em Caxambu e Baependi realmente não teria a possibilidade de compra, pois as OCSs estão esvaziadas e desarticuladas. Já as OCSs presentes nos municípios de Itanhandu, Poços de Caldas e Campestre possuem uma boa estrutura, inclusive Caldas faz compra de alimentos orgânicos e a OCS Orgânicos Poços de Caldas contempla as cidades de Caldas, Poços de Caldas e Campestre. Também em Itanhandu há uma boa estrutura, pois a OCS Orgânicos Itanhandu se tornou SPG no fim do ano passado e poderia fornecer ao PNAE como orgânico.

Esta reflexão sobre quais são as possibilidades do município são importantes, pois se há a disponibilidade de alimento como orgânico, qual é o motivo da prefeitura não comprar?

Acredita-se que as prefeituras não comprem devido a diversos fatores como uma falta de sensibilidade por parte da gestão e das secretarias envolvidas no processo com



relação à importância do alimento orgânico, uma dificuldade de direcionamento de recursos financeiros destinados a esta compra, a falta de contato com grupos ou associações que produzem de forma orgânica, uma falta de planejamento com relação ao tempo da natureza, uma falta de estímulo e constância para construir uma relação de confiança com o(a) agricultor(a) orgânico(a), entre outros.

Ainda observando o Quadro 7, outros municípios como Lavras, Bom Sucesso, São Bento Abade e Caldas, há anos que houve a compra de alimentos orgânicos e há anos que não houve. O único município que fez compra de alimentos orgânicos em todos os anos entre 2018 a 2021 foi Itajubá, acredita-se que isso se deve a lá existirem duas OCSs (Peroba e Itajubá 1), o que aumenta a oferta de alimentos orgânicos e também acredita-se que há uma boa articulação política em torno deste tema motivando ambas as partes a concretizarem as compras. E outro motivo importante a ser levantado é que a OCS Peroba é uma OCS de referência não só no município, mas também na região do Sul de Minas.

Com relação aos créditos rurais, foi perguntado sobre o Pronaf Agroecologia, especificamente, e sobre o Pronaf de forma geral. Algumas OCSs já ouviram falar sobre o Pronaf Agroecologia, mas nenhuma delas acessou esta forma de financiamento. A justificativa colocada corrobora com a literatura. Sambuichi e Oliveira (2011) citados por Niederle (2019) dizem que as linhas de crédito diferenciadas têm pouco acesso devido a não promoção das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e dos bancos públicos. E Grisa (2017) citada por Niederle (2019) argumenta que o programa tem uma série de limites em incorporar camadas mais empobrecidas da agricultura familiar, visto que cerca de metade dos recursos foi aplicada na região Sul do país e a maioria dos projetos continuou financiando commodities tradicionais, produzidos com base nas tecnologias modernas disseminadas na Revolução Verde.

Aquino (2020) argumenta que:

A falta de tradição dos agentes em operar com esse tipo de crédito e o pouco entendimento das instituições financeiras sobre as especificidades e as vantagens sociotécnicas da agricultura familiar de base ecológica, tem feito as mesmas burocratizarem a tomada dos empréstimos ou não incentivarem a sua ampliação. (AQUINO, 2020 p. 184)

E continua:

Corrobora com isso a falta de divulgação e de conhecimento dos agricultores sobre as linhas de crédito rural diferenciadas, a carência

de assistência técnica especializada para elaborar os projetos técnicos de base ecológica, os problemas de operacionalização em nível local e os custos elevados do processo de certificação auditada que os alimentos orgânicos requerem para acessar determinados tipos de mercados. (AQUINO, 2020 p. 184)

Portanto o Pronaf Agroecologia é uma linha de crédito que não foi acessada pelos agricultores familiares entrevistados. Já o Pronaf foi acessado e ainda é acessado por alguns agricultores entrevistados. Quando perguntados quais foram as contribuições e os problemas enfrentados, houve resistência em falar do assunto. Acredita-se que é um assunto difícil de conversar por se tratar do aspecto financeiro das famílias e as pessoas são fechadas neste sentido. De forma geral disseram que foi positivo e ajudou a estruturar suas produções com o apoio na compra de caminhonete e materiais para construção de estufa e no custeio da produção.

No Quadro 8 há a resposta com relação se houve acesso ao crédito rural ou não, cinco das nove OCSs já acessaram e quatro das nove OCSs nunca acessaram.

Quadro 8: Acesso ao Crédito Rural pelas Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas.

OCS	Crédito Rural
ACCAL	Sim
APRUSBA	Não
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	Sim
AFAB	Não
Orgânicos Itanhandu	Não
Peroba	Sim
Itajubá 1	Sim
Grupo Antunes	Não
Orgânicos Poços de Caldas	Sim

Fonte: do autor (2023).

Com relação ao PAA, duas das nove OCSs já acessaram. A OCS ACCAL pleiteou e ganhou o fornecimento para o PAA Mulher em 2016, mas o programa nunca chegou a comprar os alimentos, gerando uma expectativa e uma frustração em relação aos programas governamentais e isso alimenta o senso comum de que não se pode confiar no governo, o que é negativo para a luta da agroecologia em discutir mais e melhores políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. E a OCS Orgânicos Poços de Caldas acessou o programa várias vezes, mas o valor destinado à

compra vem caindo ao longo dos anos e a quantidade de agricultores interessados em participar do programa vem aumentando. No entanto, o valor que hoje está em R\$ 2.500,00 por agricultor é um valor muito baixo, segundo os(as) entrevistados(as).

Em Sabourin (2018) são mencionados as principais causas dos desmontes das políticas públicas para agricultura familiar, algo que vem ocorrendo em toda América Latina. A comunicação e a imprensa dominadas por setores conservadores da sociedade e as denúncias de corrupção dos governos progressistas, como é o caso do Brasil influenciam nestes desmontes e a principal causa é a crise econômico-financeira.

Para Sabourin (2018):

As políticas públicas a favor da agricultura familiar tiveram um desenvolvimento importante na América Latina entre os anos 1995 e 2015. Além da diversidade das suas trajetórias, sempre foram instituídas em resposta a reivindicações e a propostas dos movimentos sociais do campo, mas nunca conseguiram recursos públicos comparáveis àqueles que beneficiam a agricultura empresarial. Pode-se considerar até que tiveram certa vigência enquanto reduziam explosões sociais ou não competiam com os interesses do capitalismo agrário nacional. (SABOURIN, 2018 p. 14).

Portanto, é importante notar que a diminuição dos recursos para políticas públicas como o PAA, como observado no caso das OCSs, é algo que já vinha sendo indicado em toda América Latina, devido ao contexto político-econômico. Sabourin (2018) também argumenta que esse processo, no Brasil, se iniciou com o impeachment da Presidente Dilma, onde o principal objetivo da maioria parlamentar era acabar com as políticas sociais e de agricultura familiar.

O artigo publicado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2022 trás o panorama de desmonte das Políticas Estaduais de Agroecologia (PEAPOS), mostrando que a maioria delas estão inativas ou sem recurso ou com orçamento incerto. Argumenta também que a dissolução da participação da sociedade nos órgãos colegiados, conselhos, comitês ou comissão é muito negativa, pois essa participação é importante para que as políticas públicas respondam de fato às reais necessidades da população (MOREIRA, 2022).

Por fim, houve a fala da OCS Itajubá 1 sobre as políticas municipais de apoio ao desenvolvimento rural com a doação de calcário, sementes e mudas e com a prestação de serviço de preparo de terra para plantio e também apoio aos estragos feitos pela geada de 2020. O que ajuda muito a agricultura familiar do município, dando segurança quando ocorrem calamidades públicas.

No documento feito pela ANA em 2021 que trata das políticas municipais, intitulado Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro, são elucidadas experiências como a vista na OCS Itajubá 1. O documento trata destas políticas como “Distribuição de insumos e disponibilização de equipamentos” e diz que foram identificadas 35 iniciativas pelo Brasil. Algumas experiências que chamam a atenção são:

Bons exemplos são os programas de ensilagem para a garantia da alimentação animal em período de estiagem, como os que existem nos municípios de Caraúbas e Aparecida (PB). Há casos em que a prefeitura possui a máquina, que é usada de forma coletiva. Em Aparecida, as demandas de uso do equipamento são apresentadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em Nova Cantu (PR), há uma legislação específica chamada Programa Porteira Adentro, sobre o fornecimento de insumos, dentre outras coisas. Em Itaberaí (GO), após a consolidação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, várias ações foram conquistadas, tais como a liberação de maquinário para as associações e cooperativas da agricultura familiar e a constituição de uma feira no município. (LONDRES, 2021 p. 32).

Portanto, há avanços ao longo das gerações de políticas públicas e hoje tem-se políticas mais bem estruturadas para fomentar o desenvolvimento rural sustentável. Entretanto a partir de 2016, estas vieram sendo sucateadas e deixadas de lado. Este ano, 2023, aponta-se para uma retomada dos programas e políticas públicas que são importantes para a agricultura familiar e agroecológica. Uma prova disso são os Polos Agroecológicos construídos ao longo das regiões brasileiras e mais especificamente no Sul de Minas. Percebe-se que o presente trabalho auxilia na reconstrução de políticas públicas para retomar o desenvolvimento que vinha ocorrendo. De fato há muito que fazer nos próximos anos, mas as ações promovidas pelo Polo Agroecológico apontam para este fortalecimento. As ações são de diagnosticar, mobilizar e articular atores e atrizes da região para reconstruir e construir o movimento agroecológico na região.

Por fim, entende-se que as Organizações de Controle Social do Sul de Minas acessam, de forma geral, poucas políticas públicas para auxiliar em suas produções e desenvolvimento de seus mercados. Basicamente são acessadas as políticas de mercados institucionais, portanto há muito o que melhorar. As Políticas de Crédito para produção orgânica e agroecológica poderiam ser mais bem empregadas e isto depende dos órgãos públicos, como Emater e os bancos que operam estes funcionamentos. E com relação às políticas municipais, pode-se concluir que são burocráticas demais e dificultam o acesso e a confiança que poderia existir entre o poder público e sua população.

O Polo Agroecológico tem papel fundamental nesse contexto, pois com a articulação e mobilização pautadas pelos trabalhos de diagnóstico podem ser construídos caminhos para fortalecer a agroecologia no território e beneficiar as famílias agricultoras.

### 6.3.Mercados

No Quadro 9 estão apresentados os mercados acessados pelas nove Organizações e Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais. Ela coloca em evidência os quatro principais mercados construídos pelas OCSs do Sul de Minas, que são os mercados institucionais, com o maior destaque, onde oito das nove OCSs acessam. Seguido do delivery com sete OCSs e em seguida pela feira e dentro da propriedade em que seis OCSs acessam.

Quadro 9: Mercados acessados pelas Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

OCS	Feira	Deliv ery	Grupo Consu mo	Merc. Institu cionai s	Verdu rão	Sup ermer cados	Atrav essad or	Porta a Porta	Dentro da propried ade	Outr o
ACCAL	x	x	x	x						
APRUSBA				x						
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	x	x		x					x	
AFAB Orgânicos						x	x			x*
Itanhandu	x	x		x	x			x	x	
Peroba	x	x		x					x	
Itajubá 1		x		x			x	x	x	
Grupo Antunes Orgânicos	x	x		x					x	
Poços de Caldas	x	x		x					x	

\*loja especializada em café

Fonte: do autor (2023).

Sobre os mercados institucionais, como foi dito no tópico 7.2 sobre políticas públicas, são de grande importância. O fato de comprar os produtos no mercado local estimula a economia local, gerando renda e desenvolvimento rural para muitas famílias.

O mercado de Delivery foi visto pelas entrevistas como um mercado de grande potencial. Os(as) entrevistados(as) argumentaram que conseguem vender com maior rapidez, confiança e melhor preço em comparação com os outros mercados. Isso se deve ao fato do perfil dos consumidores neste mercado. A entrevistada da OCS ACCAL disse que selecionou sua clientela ao longo do tempo e que sente que seus produtos são muito valorizados neste mercado. A pandemia do Corona Vírus influenciou este mercado no sentido positivo, pois como era aconselhado a não sair de casa, estimulou agricultores a vender em plataformas de internet e consumidores a comprar. Além disso, o alimento orgânico passou a ser mais valorizado devido ao apelo nutricional e saudável.

As dificuldades do Delivery, identificadas pelas entrevistas, são a exigência com relação a uma maior diversidade pelo consumidor e o trabalho de entregar, apesar da entrega ser acrescida no valor dos produtos. E as potencialidades são a rapidez, a confiança e o melhor preço, pois segundo os(as) entrevistados(as), as pessoas que compram desta forma muitas vezes são mais ricas, mais velhas ou tem um ritmo de trabalho mais intenso.

Já a feira sempre foi um mercado bastante tradicional e cultural. As entrevistas mostraram que para as pessoas que participam é um mercado muito importante, pois é um espaço de encontro com familiares, amigos e relações de trabalho gerando confiança e proximidade. Nas entrevistas também foram comentados sobre a grande diversidade de produtos que são encontrados (os hortifrutis produzidos pelas OCSs e outros produtos como cerveja artesanal, quitandas, desidratados, etc., produzidos por outros(as) agricultores(as)), a ocupação do espaço público (praças públicas, patrimônio cultural, etc.) a melhora na renda das famílias, apesar da instabilidade. Esta instabilidade é referente à grande variação no volume de vendas dependendo da época do ano, como as férias e feriados, onde as vendas ficam menores. A feira é principalmente um ambiente de construção de relações e divulgação dos seus produtos, ajudando na manutenção das dinâmicas sociais e na construção de novos mercados.

As dificuldades que a feira apresenta são: a instabilidade climática e nas vendas, ou seja, dias de sol ou chuva e dias de muita ou pouca venda; o maior tempo gasto, normalmente a feira começa bem cedo e vai até início ou fim da tarde, demandando um dia inteiro de trabalho dos agricultores; e os conflitos entre os feirantes com relação aos produtos ofertados tanto nas suas qualidades (produtos orgânicos, saudáveis, integrais, dentre outros) quanto na variedade (barracas diferentes ofertando o mesmo produto).

Com relação ao conflito entre os(as) feirantes, há o exemplo da OCS Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi. Foi relatado pela entrevistada e pelo entrevistado que não houve por parte da prefeitura uma preocupação em proteger o espaço da entrada de produtos de baixa qualidade produzido por pessoas interessadas em participar da feira. A situação relatada foi referente ao pão, onde o caseiro feito com ingredientes naturais e saudáveis concorria com o pão comum a um preço bem menor e no mesmo espaço. Neste caso, este tipo de conflito prejudicou as vendas e conseqüentemente a rentabilidade dos(as) feirantes.

No Quadro 10 pode-se observar melhor essas potencialidades e dificuldades apresentadas pelo texto.

Quadro 10: Potencialidades e Dificuldades dos Mercados acessados pelos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

<b>Mercados</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Dificuldades</b>
Feira	grande diversidade de produtos local de encontros e articulações ocupação do espaço público contato com outros feirantes e consumidores tradição familiar e amizades melhora da renda familiar	instabilidade nas vendas e na renda necessidade de passar muito tempo na feira para venda dificuldades do trabalho coletivo junto aos outros feirantes conflitos de interesse nas vendas de alimentos com maior procura pelo consumidor instabilidade no clima
Delivery	maior rapidez para compra e venda relação de confiança entre produtor(a) e consumidor(a) melhor preço de venda	menor diversidade de produtos oferecidos longas distâncias para entrega maior tempo gasto no trânsito, principalmente de cidades grandes
Grupo de consumo	construção de um movimento social de apoio à agricultura familiar estabilidade financeira devido ao valor fixo mensal recebido mudança de paradigma, onde o consumidor paga pela produção e não pelo produto	manutenção dos princípios que regem o grupo para novos(as) integrantes
Dentro da propriedade	vendas durante o turismo de base comunitária apreço do(a) consumidor(a) pela simplicidade alimento pode ser colhido no local, portanto mais fresco possível permite o contato entre produtor(a) e consumidor(a), uma relação de acolhimento e companheirismo	o(a) consumidor(a) pode chegar em qualquer horário
PNAE		má gestão por parte da prefeitura

Municipal	<p>garantia de compra por parte da prefeitura ou estado</p> <p>melhora da renda, pela estabilidade fornecida</p> <p>possibilidade de planejamento da produção, pois há a previsão de compra</p>	<p>falta de cumprimento do contrato por parte da prefeitura</p> <p>atrasos com relação ao pagamento aos(as) agricultores(as)</p> <p>instabilidade na renda dos(as) agricultores(as)</p> <p>o(a) nutricionista contratado(a) pela prefeitura pode não ter um olhar atento a realidade da agricultura familiar</p> <p>baixos preços pagos</p> <p>processo administrativo demorado</p> <p>conflitos de interesse com relação à antigos fornecedores</p>
PNAE Estadual	<p>mesmas potencialidades do PNAE Municipal e além delas:</p> <p>relação direta com as diretorias das escolas estaduais</p> <p>facilidade e agilidade no pagamento pelos alimentos</p> <p>melhora na renda das famílias devido ao bom funcionamento dos pagamentos</p>	<p>não cumprimento do contrato por parte da escola</p> <p>falta de um olhar sensível a realidade da agricultura familiar por parte da escola</p> <p>conflitos de interesse com relação à antigos fornecedores</p>

Fonte: do autor (2023).

O Quadro 10 é interessante para reunir de uma forma fácil e rápida todas informações discutidas ao longo do texto mostrando as potencialidades e as dificuldades de cada mercado encontradas nas entrevistas com as OCSs do Sul de Minas.

Foi também perguntado sobre a valorização dos produtos para os(as) entrevistados(as), ou seja, como os(as) agricultores(as) enxergam seus produtos e como sentem esta valorização por parte de seus(suas) consumidores(as). Para isso foram feitas algumas perguntas onde foi possível observar as características de proximidade, a construção de relações de confiança e a construção de mercados como fundamentais para que a comercialização dos produtos orgânicos seja feita com qualidade. No Quadro 11 há os termos que apareceram como forma de demonstrar a valorização dos produtos.

Quadro 11: Valorização dos Produtos segundo agricultores(as) dos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

Valorização dos Produtos	<p>seleção da clientela</p> <p>estabelecimento de laços de confiança</p> <p>construção de amizades</p> <p>melhores preços</p> <p>maior credibilidade devido ao certificado de OCS</p> <p>a fidelização dos(as) clientes</p> <p>alimentos de melhor qualidade</p> <p>alimentos mais saborosos</p>
--------------------------	--

Fonte: do autor (2023).



De fato existe valorização dos produtos das OCSs? O principal elemento que foi relatado enquanto uma forma de valorização foi o melhor preço conquistado nos mercados de proximidade. O Delivery foi apontado como um mercado em que é possível conseguir os preços melhores, pois o consumidor tem uma relação de confiança construída com o agricultor. No PNAE Estadual, pôde-se observar que há uma proximidade com as diretorias das escolas e um bom preço pago. No PNAE Municipal há um bom preço, mas existem entraves burocráticos que dificultam sua implementação e a agilidade da política. No Grupo de consumo há o pagamento pela produção e não pelo produto, por isso é um ótimo mercado considerando o preço, pois o agricultor pode equilibrar custos e receitas e tornar este mercado bastante eficiente e rentável. Por fim, o mercado dentro da propriedade possui um grande potencial visto que sendo feito com características do turismo de base comunitária atrai consumidores dispostos a pagar um preço mais alto, seja pela sua condição financeira, seja pela experiência que estão vivenciando.

Nos elementos mencionados na tabela: seleção da clientela, estabelecimento de laços de confiança e a construção de amizades estão presentes também quesitos de valorização dos produtos. Existe nestes termos algo que motiva o(a) agricultor(a) a vender para aquelas pessoas. São pessoas que o(a) agricultor(a) nutre sentimentos positivos e que sente prazer em poder fornecer o alimento do dia a dia. Além disso, os laços de confiança e a construção de amizades fazem com que os(as) consumidores consigam perceber os diferenciais envolvidos nos produtos em termos ambientais e sociais. Pois sabem como acontece o processo produtivo, devido a esta proximidade.

Há também os aspectos ligados à qualidade, que são: alimentos de melhor qualidade e alimentos mais saborosos. Nas entrevistas houve relatos sobre os elogios ouvidos durante a feira fazendo menção ao frescor, cor e aroma dos alimentos.

Como apresenta Schneider (2016, p. 122).

Os mercados de proximidade são mercados em que predominam relações de troca interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, e valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados, mais do que o lucro em si.

Os elementos presentes no Quadro 11 e descritos até o momento corroboram com esta citação de Schneider (2016) em que conceitua os mercados de proximidade. Aparentemente a valorização dos produtos observada pelos(as) agricultores(as) passa

por uma condição de proximidade com seus consumidores, ou seja, é natural que ocorra uma proximidade e que o fato de aproximar valorize os produtos e traga não somente ganhos econômicos, mas também sociais e culturais.

Portanto há proximidade entre as OCSs e seus consumidores. Para fortalecer esta afirmação, foi discutido nas entrevistas sobre como os agricultores enxergavam a qualidade de seus produtos, ou seja, segundo os(as) agricultores(as) porque os(as) consumidores(as) compram seus produtos? Pelas respostas, o mais relevante é o apelo à saúde e ao ambiente havendo falas com relação aos malefícios da utilização dos agrotóxicos e a relação destes com os altos índices de câncer. Há também uma preocupação com relação à qualidade dos alimentos, sabor, aroma, cor e durabilidade. Principalmente nas feiras esses comentários são ouvidos.

Mas também há dificuldades. Na entrevista com a OCS Piranguçu – Grupo Antunes, uma agricultora produtora de farinha de banana verde, que é um produto não convencional que pode substituir a farinha de trigo, argumenta que é um produto mais saudável, que existem estudos científicos que comprovam seus benefícios, mas encontra grande dificuldade na comercialização com as escolas e com as prefeituras, pois não aceitam este complemento no cardápio. Portanto neste caso, a agricultora não sente que seu produto é valorizado, ele nem é aceito e sua relação com os consumidores é difícil. É apenas um caso dentre os casos estudados, mas mostra a dificuldade da inserção de novos produtos e a dificuldade de aceitação às inovações que ocorrem durante o processo de transição agroecológica que perpassa por hábitos alimentares além da abertura do mercado para potencializar e fomentar a produção orgânica e agroecológica.

Quando foram perguntados(as) se houve a participação da OCS na construção dos mercados, sete das nove OCSs responderam que sim, que houve participação da OCS na construção dos mercados acessados. Isso é muito relevante, pois demonstra a importância da organização e articulação necessárias para construir inovações e novos mercados no desenvolvimento rural sustentável. Wilkinson (2002) argumenta que o ponto de partida para esta análise é a economia delimitada pela política, pela cultura, pela sociedade e pela ciência e que o processo de construção de mercados com base nas trocas econômicas se deu a partir das famílias e grupos e a regulamentação se deu a partir do Estado e da sociedade. Portanto, o lugar social que o(a) agricultor(a) ocupa está relacionado com sua condição de influenciar positivamente ou negativamente em sua vida econômica.

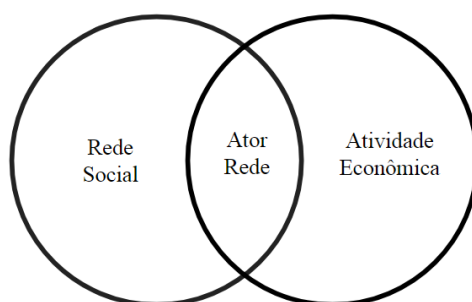
Para as OCSs isso se mostra coerente, pois a partir da mobilização e da pressão social, apoiados por pessoas e atores atuantes em locais de poder puderam construir estes novos mercados.

A OCS ACCAL em Lavras é um exemplo interessante a ser observado, pois foi a partir de sua própria demanda e mobilização, apoiada por professores e estudantes da Universidade Federal de Lavras, juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão aberta ao diálogo que se construiu a Feira com Agroecologia na UFLA, um espaço de comercialização de alimentos orgânicos dentro da Universidade.

A partir de estudos de um autor chamado Mark Granovetter, Wilkinson (2002) elabora uma teoria que as contribuições para construções destes novos mercados viriam de três níveis ou três afirmações: as redes sociais mais propícias a iniciativas possuem forte solidariedade e a ação econômica é filtrada por relações sociais; a atividade econômica é determinada pela formação de redes sociais e existe um padrão de comportamento vinculado a cada rede; e a força de laços fracos é a posição estratégica de um ator que transita em diversas redes e a força deste ator-rede depende de sua posição nas redes que transita.

A partir destas afirmações e para ajudar no entendimento, foi elaborada a Figura 7, que dá uma imagem de como se dá a relação entre rede social, ator rede e atividade econômica.

Figura 7: Relação entre rede social, ator rede e atividade econômica.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Wilkinson (2002).

A Figura 7 auxilia na interpretação dos três níveis da contribuição de Granovetter proposto por Wilkinson (2002). Existe uma relação entre as duas esferas, rede social e atividade econômica e o ator rede se apresenta nessa intersecção.

Retomando o exemplo da Feira com Agroecologia na UFLA, pode-se afirmar que a rede social na qual a OCS ACCAL estava inserida possuía atores rede (estudantes, professores(as), pesquisadores(as) e funcionários(as) da Universidade) fazendo a

interseção com a atividade econômica a ser desenvolvida, que foi a Feira com Agroecologia dentro da Universidade.

Por fim, Wilkinson (2002) argumenta que os mercados de proximidade são vistos como prolongamentos das relações familiares. A confiança no produto decorre da confiança no(a) produtor(a) e a qualidade do produto confirma a reputação e a lealdade, não sendo necessários mecanismos de garantia formal. Esse mercado é estável e somente se abala com ações punitivas de fiscalização, fora isso se mantém intacto, por isso é também um impedidor da expansão, visto que há riscos. Por isso a importância de se construir bem as parcerias ao longo do processo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais tem um perfil bastante variável, algumas com uma organização mais estruturada e outras mais dependentes de agentes externos, como a Emater-MG.

Estas OCSs mais bem estruturadas possuem potencial de migrarem para o Sistema Participativo de Garantia (SPG) em que é possível acessar mercados de venda indireta, expandindo assim suas oportunidades de mercado. Acredita-se que esta é uma tendência quase natural, pois a partir do momento que a organização se estrutura melhor e passa a ter mais diversidade e mais produção surge a necessidade do acesso a novos mercados e o SPG pode auxiliar nisto. Um exemplo neste estudo é o caso da OCS Orgânicos Itanhandu. Ela migrou para o SPG em dezembro de 2022. Foi falado também na entrevista com a OCS ACCAL de Lavras, que se houvesse mais oportunidade de mercado haveria também mais investimento na produção e poderia haver a migração para o SPG.

Porém, há também OCSs que estavam desmobilizadas e desarticuladas, como são os casos da OCS AFAB de Baependi e da OCS APRUSBA de São Bento Abade, que alguns meses após a pesquisa, em janeiro e fevereiro de 2023, respectivamente foram desfeitas. Isso se deve a alguns elementos que desmotivaram tais organizações: a pandemia de COVID-19 nos anos de 2020 e 2021; a crise econômica e política na qual o país enfrentou de 2016 a 2022 após o impeachment da Presidente Dilma; e também se entende que quando a construção das OCSs é muito dependente de agentes externos, como a Emater-MG e as Secretarias de Agricultura das Prefeituras, e não é uma

organização que parte dos(as) próprios agricultores(as) com os apoios necessários, se tornam mais sensíveis às situações externas que abalam seus funcionamentos.

Foi identificado que todas OCSs tem uma preocupação grande com o ambiente e com a saúde da população. Elas entendem que a produção orgânica de alimento é extremamente importante para que a população possa ter saúde e nutrição de qualidade e que o ambiente livre de agrotóxicos e de insumos químicos industriais, é importante para a conservação do solo, da água, do ar e das plantas. Estes elementos são importantes para que os(as) agricultores(as) façam a escolha pela produção orgânica.

Com relação às Políticas Públicas, na maioria dos casos as OCSs acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Foi visto que no âmbito municipal há maior acesso, mas também há maiores dificuldades, principalmente com relação a dificuldades burocráticas com o poder municipal, pois há dificuldades com relação a cumprir os contratos, pegar e pagar pelos alimentos. Já nas escolas estaduais, a relação direta com as diretorias torna o processo de compra, venda e pagamento mais rápido, beneficiando as famílias agricultoras.

Com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) há pouco acesso devido ao baixo financiamento por parte do governo federal nos últimos quatro anos, principalmente. Este que é um programa muito importante para a segurança alimentar e nutricional de boa parcela da população brasileira que sobrevive em condições vulneráveis e para os(as) próprios(as) agricultores(as) familiares, por meio de um canal de comercialização.

Os créditos rurais também são pouco acessados pelas OCSs. Acredita-se que o poder público, principalmente o municipal deveria dar maior apoio e atenção a estas organizações tão importantes para o fornecimento da merenda escolar das crianças e também para a saúde pública e o meio ambiente sustentável. Ainda assim, estas organizações sobrevivem e prosperam, pois há apoio fora dos limites do poder público, como as Organizações Não Governamentais e as pessoas envolvidas nos movimentos agroecológicos locais que dedicam parte do seu tempo a fornecer acompanhamento e orientação técnica.

No aspecto dos mercados foi interessante perceber quais são os mais importantes e como são acessados.

A feira foi um mercado que surgiu nas entrevistas como muito importante, devido ao seu valor tradicional, cultural e de construção de novos mercados. Porém, há também dificuldades, como a instabilidade na renda, parcela de tempo grande dedicada

a estar presente no local e dificuldades estruturais que muitas vezes não permite proteção ao sol e à chuva. Por isso, a feira perde espaço para os outros mercados que estão sendo construídos e que são também mercados de proximidade, mas com uma característica dos tempos atuais: a internet.

Os grupos de WhatsApp®, as redes sociais e os sites são os caminhos que a população começou a se apropriar para a compra de seus alimentos sem sair de casa. Por isso são criados novos mercados como o Delivery. Este mercado é visto com grande potencial, pois acelera as vendas e possibilita melhores preços. Este mercado é acessado por quase todas OCSs do Sul de Minas Gerais.

Além disso, o Sul de Minas tem grande oportunidade na área do turismo, que é relevante para os(as) agricultores(as) familiares da região. O público das grandes cidades procura por uma alimentação orgânica, tradicional e próxima de quem produz o alimento. Isso passa a se tornar um atrativo, além das belezas naturais da região. Nesse sentido, as OCSs tem muito a ganhar e a contribuir com o movimento agroecológico e ambiental da região. Na medida em que os(as) agricultores(as) se apropriam destas possibilidades, os mercados da região se tornam fortalecidos e isso exigirá do poder público e das instituições melhores apoios e possibilidades de crescimento e desenvolvimento sustentáveis locais.

Durante a pesquisa foi difícil captar informações com relação aos créditos rurais, tanto agroecológicos como os créditos rurais tradicionais. As pessoas entrevistadas não se abrem muito para esta questão. Acredita-se ser um ponto complicado de conversar, por se tratar do aspecto financeiro das famílias e as pessoas são fechadas neste sentido.

Foi interessante notar que as políticas públicas de crédito rural específicas para agroecologia e agricultura sustentável não são acessadas pelas OCSs entrevistadas e no relatório do PLANAPO I comprova que realmente houve um baixo acesso. É necessário desenvolver políticas de crédito compatíveis com a realidade da agricultura familiar agroecológica e capacitar pessoas para desenvolver estes projetos.

Por fim, acredita-se que o perfil dos(as) agricultores(as) familiares no Sul de Minas Gerais é bastante variado, existem pessoas de diversas capacidades e vivências tanto rurais quanto urbanas, isso pode ser uma fortaleza e um potencial muito grande para o movimento agroecológico da região. Para isso sugere-se estudar mais sobre quem são estas pessoas, como elas se relacionam com os espaços rurais e urbanos e como as políticas públicas agroecológicas podem auxiliá-las no desenvolvimento sustentável. Acredita-se que o trabalho de diagnosticar, mobilizar e articular os grupos e associações

da agricultura familiar do Sul de Minas, por meio do Polo Agroecológico irá fortalecer o movimento agroecológico na região, fortalecendo assim estas organizações para atuarem politicamente em seus territórios e lutarem pelos seus direitos.

Finalmente, o estudo das OCSs do Sul de Minas se mostra um estudo relevante e importante e sugere-se que as outras regiões do país possam realizar sistematizações e reflexões semelhantes. Além disso, é importante refletir em como tais organizações poderiam se articular para fomentar o crescimento e disseminação da agroecologia nas regiões brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**/ Miguel Altieri,- 3.ed. ver.ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS – PTA 2012. 400p: il. graf. tabs.

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO**. Grifos, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2020.

ASSIS, T. R. P; FRANÇA, A. G. M.; COELHO, A. M. **Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 57, n. 4, p. 577-593, dez. 2019.

BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural: 1999-2012**. Brasília: BACEN, 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BAUER, Martin W. & GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é - o que não é** / Leonardo Boff. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRAGA, João Paulo. **Fazer sabendo e saber fazendo: agricultoras e agricultores da orgânicos sul de minas e a construção cotidiana da certificação participativa na transição agroecológica** / João Paulo Braga. - 2018. 362 p

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na**

**América Latina:** o caso do Brasil. Agroecología, v. 6, p. 63-74, 2012.

CARTILHA DO PAA. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar:** Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Disponível em: [https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura\\_familiar/Cartilha\\_PAA.pdf](https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf). Acesso em: 29 de março de 2023. 2012.

CASSARINO, J. P.; FERREIRA A. D. **Redesenhando os mercados:** a proposta dos circuitos de proximidade. *Rev. Esp. Reg.*. Volumen 1, Número 13, 2016. pág: 49-65.

CSA Brasil. **Comunidade que Sustenta a Agricultura.** Brasil. 2015. Site. Disponível em: <<http://www.csabrasil.org/csa/>> acesso em 31 de maio de 2022.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J.. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social** [livro eletrônico] / Moacir Roberto Darolt, Oscar José Rover, (organizadores). - Florianópolis, SC : Estúdio Sempredo, 2021.

DAROLT, Moacir Roberto et al. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil.** Ambiente & sociedade, v. 19, p. 01-22, 2016.

DECRETO 7.794 de 20/08/2012. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).** Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)> Acesso em 07/06/2020.

EMBRAPA, **Marco referencial em agroecologia** / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre e: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: SEAD, 2017. p. 292-313.

HIRATA, Aloísia Rodrigues. **A constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região** / Aloísia Rodrigues Hirata. – Lavras : UFLA, 2016. 196 p. : il.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA, Brasília, 2006.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.fao.org/3/I9396PT/i9396pt.pdf>. Acesso em 11 de abr. de 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em 11 de abr. de 2023.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Política Nacional de Agricultura Familiar.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>



acesso em 17 de mar de 2022.

LEI Nº 11.346 DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)> acesso em 07 de jun. de 2022.

LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/575830/publicacao/15750972>. Acesso em 11 de abr. de 2023.

LEI Nº 21.146 DE 14 DE JANEIRO DE 2014. **Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Minas Gerais.** Disponível em< [https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21146-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de->](https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21146-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-)Acesso em 08 de jun. de 2022.

LEI Nº 23.939 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021. **Polo Agroecológico e de Produção Orgânica nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais.** Disponível em:< <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23939&comp=&ano=2021>> acesso em 01 de abr. de 2022.

LONDRES, Flavia. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro:** iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021. 40 p. ISBN 978-65-89039-01-3. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/10/22/municipios-agroecologicos/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos /Tim May; trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. -3.ed. -Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, Márcio et al. **Guia prático Formação de Organizações de Controle Social (OCS).** 1. ed. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2020. 41 p. Disponível em: [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-OCS-vFinal\\_web.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-OCS-vFinal_web.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Perfis Territoriais. **PDMI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2015-2027, Vol. 3, 2015.**

MOREIRA, Sarah Luiza *et al.* **Entre desmontes e resistências:** uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. 52 p. ISBN 978-65-89039-26-6. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/11/28/entre-desmontes-e-resistencias/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; HOFMANN-SOUKI, Susanne. **Agricultura Apoiada Pela Comunidade (CSA):** novas solidariedades entre produtores e consumidores na Alemanha. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 41, n. 2, p. 210-227, 2021.

NIEDERLE, Paulo André et al. **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia.** Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>

NOSSAS Associações. **Orgânicos Sul de Minas,** 2023. Disponível em: <https://www.organicossuldeminas.com.br/nossas-associa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 5

abr. 2023.

PEUKER, B. **Protection of a place? Community supported agriculture (CSA) in Germany.** In: KALFAGIANNI, A.; SKORDILI, S. (Ed.). *Localizing Global Food Short Food Supply Chains as Responses to Agri-Food System Challenges.* [s.l.], Taylor & Francis, 2018. p. 176-189.

PINENTEL, C. **Programa de Aquisição de Alimentos é relançado em Recife.** Agência Brasil, Brasília. 22 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/programa-de-aquisicao-de-alimentos-e-relancado-no-recife>. Acesso em 29 mar. 2023.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, FS dos. **A sociologia econômica e os mercados protegidos: um arcabouço teórico e analítico para o Programa de Aquisição de Alimentos.** Extensão Rural, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 30-61, 2013.

SABOURIN, E. **Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina.** Artigo apresentado na Mesa Redonda: “Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada”, no seminário Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente. Rio de Janeiro, dez. 2018.

SABOURIN, Eric. **Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais / Eric Sabourin, Stéphane Guéneau, Julianna Colonna, Luiz Raimundo Tadeu da Silva (organizadores) – Curitiba : CRV, 2019. 272 p.**

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. **Análise das linhas de crédito do Pronaf para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.** Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, p. 1-6, 2011

SAMBUICHI, Regina. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** 1. ed. Brasília: IPEA, 2017. 463 p. ISBN 978-85-7811-309-4.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios.** Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1782).

SCHMITT, Claudia Job et al. **Redes de agroecologia para o desenvolvimento dos territórios: aprendizados do Programa Ecoforte.** 2020 a.

SCHMITT, Claudia Job et al. **Fortalecendo redes territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica: a instrumentação da ação pública no Programa Ecoforte.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 28, n. 2, p. 312-338, 2020 b.

SCHNEIDER, S. Capítulo 4: Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. (Ed.) **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93–140.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. **Desestruturar para construir**: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

WILKINSON, J. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados**: "inputs" para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 23,n. 2, p. 805-824, 2002.

XAVIER, João Barcellos. **Estado da arte em agroecologia e suas relações com experiências no sul de Minas Gerais** / João Barcellos Xavier. – Lavras: UFLA, 2014. 232 p. : il.

## APÊNDICE A



### **Projeto de Pesquisa do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais**

#### **Roteiro de pesquisa com as OCSs do Sul de Minas Gerais**

**Objetivo:** levantar informações acerca das Organizações de Controle Social (OCS's) do Sul de Minas, com foco na atuação dessas organizações em termos da agroecologia e nas experiências de comercialização e participação em políticas públicas por elas desenvolvidas.

Data:

Nome da organização:

Presidente:

Endereço:

Telefone

Email:

Entrevistado:

Função na Organização:

Endereço:

Telefone:

Email:

1. Como surgiu a organização?
2. Quais são os objetivos da organização?
3. Há quanto tempo a organização atua?
4. Com o quê a organização trabalha? (quais os principais temas de atuação)
5. Quem participa da organização?
6. Quantas pessoas participam desta organização?
7. Os participantes são agricultores familiares (quantos)?
8. Em quais cidades ou locais os membros da organização se encontram?
9. A organização é registrada legalmente?
10. A organização possui empregados (contratados ou temporários)?
11. A organização possui uma sede física? Se sim: Onde?
12. Existe uma mensalidade para os participantes da organização? ( ) sim ( ) não  
Se sim: Qual o valor?                      Qual a finalidade deste recurso?
13. Como as decisões são tomadas dentro da organização?
14. A organização possui certificação orgânica ou outro tipo de certificação? Qual?  
Membros da organização possuem? Quantos?
15. Quais são as dificuldades para a certificação da organização? Quais são os custos para certificação?

16. Recebem assistência técnica? De quem? ( ) Emater ( ) Consultoria de vendedores das lojas de produtos agropecuários ( ) Técnico da Associação ou Cooperativa

17. A organização realiza eventos ou produz materiais didáticos para os membros da organização?

18. A atuação dessa organização tem algum apoio/parceria de outras organizações/poder público? Quais?

19. De que maneira essas organizações apoiam/são parceiras?

20. A organização participa de espaços de debate/troca de experiência com outras organizações (encontros, seminários, oficinas, etc) sobre temas ligados à agroecologia, meio ambiente, agricultura familiar? Quais? Quando e onde acontecem? De que maneira participam?

21. A organização realiza compras ou vendas coletivas? Se sim. Quais produtos são comprados ou vendidos?

22. Quais são os principais mercados que os produtores da associação acessam? Quais suas vantagens e desvantagens? O que vendem nestes mercados?

Mercados	Vantagens	Desvantagens	O que vendem?
( )feira			
( )delivery			
( )grupos de consumo – CSA			
( )mercados institucionais			
( )verdureiras			
( )supermercados			
( )atravessador			
( )porta em porta			
( )dentro da propriedade			

( )outro			
----------	--	--	--

23. Seus produtos são valorizados nos mercados mencionados? Como?

24. Os mercados acessados existiam antes ou a OCS ajudou a construir?( )Sim( )Não

25. Como é a relação com os consumidores nestes mercados?

26. Porque os consumidores compram seus produtos? Qual é o diferencial dos seus produtos?

27. Quais são as transformações/mudanças observadas na OCS/seus agricultores a partir do momento que tais mercados foram acessados?

28. Nestes mercados, com quais outras organizações a OCS interage? São realizadas parcerias com outras organizações para vender nestes mercados? Há relação com estas para além das vendas?

29. Existem políticas públicas de apoio à agroecologia nos municípios em que a organização atua? Quais a OCS acessa?

Políticas Públicas	Contribuições	Problemas	O que vendem?
( )Pronaf agroecologia			
( ) Pronaf			
( ) PAA			
( )PNAE Estadual			
( )PNAE Municipal			

<input type="checkbox"/> Outro			
--------------------------------	--	--	--

## APÊNDICE B

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa sigilo, privacidade, e acesso aos resultados.

**I - Título do trabalho experimental:** POLÍTICAS PÚBLICAS E MERCADOS CONSTRUÍDOS POR ORGANIZAÇÕES AGROECOLÓGICAS DO SUL E SUDOESTE DE MINAS GERAIS

**Pesquisadores responsáveis:** Gil Pedro de Oliveira Lara; Thiago Rodrigo de Paula Assis.

**Cargo/Função:** Estudante de Pós-Graduação; Professor Associado.

**Instituição/Departamento:** Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Administração e Economia – UFLA.

**Telefone para contato:** (35)98885-3926; (35) 99128-7220.

**Local da coleta de dados:** Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

### II - OBJETIVOS

Compreender os mercados e políticas públicas ligadas à agroecologia acessados ou construídos pelas as organizações agroecológicas do Sul/Sudoeste de Minas.

Fazer um diagnóstico das organizações agroecológicas do Sudoeste de Minas em termos de agroecologia, comercialização e políticas públicas.

Identificar as políticas públicas e as estratégias de comercialização construídas pelas OCSs do Sul de Minas.

Refletir sobre o acesso à políticas públicas e à mercados das organizações estudadas.

Formar um banco de dados, diagnóstico, sobre a realidade das organizações estudadas.

### **III – JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa é parte de um projeto de lei chamado Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais que tem como objetivo diagnosticar e mobilizar a agroecologia e a produção orgânica das macro regiões do estado. Com este diagnóstico e mobilização poderão ser construídas estratégias de apoio e fomento, como por exemplo políticas públicas, novas cadeias de comercialização, trocas de experiências e apoio técnico a agricultura agroecológica e orgânica.

A entrevista será gravada e arquivada pelo entrevistador. Não será utilizada em divulgações, somente para revisitação e estudo do próprio pesquisador. Este arquivo de vídeo criado será guardado pelo pesquisador por prazo indeterminado. Após a pesquisa o pesquisador se compromete a fazer a devolução dos dados e compartilhar os conhecimentos produzidos com o público em questão.

### **IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO**

#### **AMOSTRA**

No Sul de Minas Gerais serão nove Organizações de Controle Social.

No Sudoeste de Minas Gerais já se sabe de uma, mas a região ainda será mapeada e espere-se encontrar mais algumas organizações de agricultores(as) agroecológicas e/ou orgânicos.

#### **EXAMES**

Não serão feitos exames.

### **V - RISCOS ESPERADOS**

A presente pesquisa possui riscos de natureza psicológica, podendo haver: possibilidade de constrangimento ao responder questionário; desconforto; medo; vergonha; estresse; cansaço ao responder às perguntas; e quebra de anonimato. Para minimizar qualquer



desconforto, o entrevistador fará ao longo da entrevista perguntas como: podemos continuar? Está se sentindo confortável? Com o intuito de deixar o entrevistado(a) a vontade.

## **VI – BENEFÍCIOS**

Os benefícios com esta pesquisa são primeiramente contribuir e fomentar a agroecologia e produção orgânica das organizações envolvidas, sendo este um benefício direto. Para isso o primeiro passo é o diagnóstico, pois é necessário conhecer para entender, analisar, refletir e contribuir. O benefício imediato à pessoa entrevistada está relacionado à oportunidade de refletir sobre os temas estudados que incluem sua trajetória acerca da agroecologia, as políticas públicas que acessa e as formas de comercialização que utiliza.

## **VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA**

A qualquer momento o(a) entrevistado(a) pode suspender ou encerrar a pesquisa se estiver desconfortável.

## **VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Após convenientemente esclarecido(a) pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Lavras, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Nome (legível) / RG

---

Assinatura

**ATENÇÃO!** Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido(a) de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado(a) em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de

desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

**Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.**

*No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração e Economia da UFLA. Telefones de contato: (35) 98885-3926; (35) 99128-7220.*